RELATÓRIO DE GESTÃO 2019



RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

SALVADOR, 2020



Créditos

Diretoria

Maria Inez Morais Alves de Farias

Presidente

Aline Soares da Silva

Primeira Tesoureira

Handerson Silva Santos

Vice-Presidente

Fernando de Jesus Teixeira

Segundo Tesoureiro

Keyla da Silveira Pinto

Primeira Secretária

Vivalnita Mendonça da Encarnação

Segunda Secretária

Grupo de Trabalho

Adirah Souza de Queiroz

Gerente do Departamento de Fiscalização

Icléa Santos Cassimiro

Gerente do Departamento Administrativo

Marlyane Castro Garcia de Carvalho

Gerente do Departamento de Inscrição,

Registro e Cadastro

Zenilde Batista da Silva

Coordenadora do Núcleo de Gestão de

Pessoas

Antônio Carlos Paim Cardoso Júnior

Controlador-Geral

Juliana Santos Silva Souza

Coordenadora do Núcleo de

Comunicação

Robertson Fiori Costa

Assessor de Planejamento e Gestão

Beatriz Vieira Lima Franco e Passos

Ouvidora

Luiz Alberto da Silva Araújo

Gerente do Departamento Financeiro-

Contábil

Saulo Bezerra Novaes

Procurador-Geral

Cléa Mascarenhas Carmo Carvalho

Coordenadora do Núcleo de Processo

Ético

Maria Lúcia Almeida Farias

Coordenadora das Câmaras Técnicas

Sophia Ferreira Sampaio

Assessora de Gestão do Exercício

Profissional

Elaboração

Antônio Carlos Paim Cardoso Júnior

Controlador-Geral

Robertson Fiori Costa

Assessor de Planejamento e Gestão

Plenário 2018-2020

Conselheiros(as) Efetivos(as)

Adriana Coelho da Silva

Coren-BA 518.782-TE

Dart Clair Carvalho das Virgens Cerqueira

Coren-BA 419.451-TE

Handerson Silva Santos

Coren-BA 246.705-ENF

Keyla da Silveira Pinto

Coren-BA 114.665-ENF

Vivalnita Mendonça da Encarnação

Coren-BA 45.788-IR

Alexandro Gesner Gomes dos Santos

Coren-BA 113.858-ENF

Eduardo Alexandrino

Coren-BA 508.544-TE

Helena Gomes Ribeiro Pereira

Coren-BA 91.310-ENF

Liana Figueiredo Almeida Souza

Coren-BA 40.617-IR

Aline Soares da Silva

Coren-BA 259.624-TE

Elisa Auxiliadora da França Ribeiro

Coren-BA 74.966-ENF

Jairo Oliveira dos Santos

Coren-BA 410.051-ENF

Marcos de Oliveira Silva

Coren-BA 330.367-TE

Andreia Santos de Jesus

Coren-BA 228.859-ENF

Fernando de Jesus Teixeira

Coren-BA 57.958-AE-IR

Joana Evangelista Conceição Silva

Coren-BA 450.478-AE

Maria Inez Morais Alves de Farias

Coren-BA 25.071-ENF-IR

Conselheiros(as) Suplentes

Ana Lúcia Dias

Coren-BA 101.970-IR

Clarice Tâmara Oliveira de Souza Bastos

Coren-BA 316.169-ENF

Gregório Neto Batista de Sousa

Coren-BA 194.806-ENF

Marcus Vinícius Silva Palma

Coren-BA 390.490-TE

Cândida Maria Pimentel Pereira

Coren-BA 58.114-ENF

Cláudia Nascimento de Souza Magalhães

Coren-BA 185.327-TE

Kátia Farias Topázio

Coren-BA 38.440-IR

Maria Jacinta Pereira Veloso

Coren-BA 67.976-ENF

Cátia Lafaethe Veloso Dantas Santos

Coren-BA 196.021-TE

Cristiane Magali Freitas dos Santos

Coren-BA 46.531-ENF

Lúcia da Silva Figueiredo

Coren-BA 213.402-TE

Neli Francisco Xavier

Coren-BA 310.966-TE

Cirlene Barbosa Barros Lopes

Coren-BA 576.720-TE

Dirlaine Cristina Aguiar Souto Cruz

Coren-BA 85.920-ENF

Luis Rogério Cosme Silva Santos

Coren-BA 66.508-ENF

Rudval Souza da Silva

Coren-BA 190.322-ENF

Mensagem da Presidente



Enfª. Maria Inez Morais Alves de Farias

atual gestão do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (Coren-BA) segue muito firme na missão de qualificar a prestação de serviço ao(à) usuário(a)-cidadão(ã) e a estrutura organizacional da autarquia.

As ações e projetos estratégicos, que tiveram início em 2018, visam, nos curto e médio prazos, a melhoria na prestação de serviços e maior eficiência no gasto público, com mais agilidade, economicidade e transparência. Os principais focos de trabalho têm sido a ampliação das ações de fiscalização no estado e

a melhoria da qualidade do atendimento ao púbico.

Nesse sentido, houve avanços importantes no ano de 2019. Foi iniciada a execução do plano de reestruturação das subseções, medida aprovada pelo Plenário da autarquia, e que tem como objetivo melhorar a gestão descentralizada e qualificar a infraestrutura das unidades do interior, além de fortalecer a estrutura de atendimento e fiscalização. Também teve início o Coren Móvel, que amplia a prestação de serviços através do atendimento itinerante. Dentre as medidas adotadas no exercício, estão os investimentos em reformas de imóveis, fornecimento de equipamentos de TI, aquisição de veículos, mobiliários, aquisição de sistemas de agendamento, avaliação de atendimento, gestão de contratos e convênios e contratação de novos links de internet para as subseções.

Ademais, a valorização e o desenvolvimento profissional dos(as) servidores(as) foram focos de atenção da gestão. De maneira inédita no sistema

Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, foi criada a Escola de Formação em Fiscalização do Exercício Profissional da Enfermagem (EFEPE), estrutura focada em promover a gestão do conhecimento, a valorização e a formação dos(as) servidores(as), conselheiros(as) e colaboradores(as), através de educação permanente. Como destaque, foi realizado em 2019 o Curso de Formação de Agentes de Fiscalização do Exercício Profissional em Enfermagem do Coren-BA, em parceria com a Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, por meio de encontros virtuais e presenciais, onde os(as) enfermeiros(as os(as) fiscais debateram e construíram soluções para os desafios da atividade fiscalizatória.

Também em 2019 foi contratada uma consultoria especializada para realização e implantação de mapeamento de competências técnicas e comportamentais necessárias ao desempenho das atividades e processos, avaliação de desempenho por competência e revisão do atual Plano de Cargos, Carreiras e Salários. A Pesquisa de Clima aplicada contribuirá para entendermos os desafios da organização e, com isso, estruturamos projetos mais assertivos e que melhorem a satisfação dos(as) servidores(as).

Essas e outras ações em curso estão plenamente alinhadas ao Planejamento Estratégico 2019-2021, em especial com os objetivos de fortalecer ações de fiscalização, aprimorar a comunicação institucional, desenvolver ações de valorização do(a) servidor(a), investir em tecnologia da informação e otimizar a infraestrutura física e operacional do conselho, além de integrar o rol de compromissos assumidos pela Plenário 2018-2020.

Por fim, este relatório de prestação de contas, estruturado em 5 (cinco) capítulos, prioriza as informações do exercício 2019 mais relevantes para a gestão e apresenta os principais resultados e as ações adotadas para o alcance dos objetivos estratégicos da autarquia.

Sumário

1. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	6	4. Resultados e Desempenho da Gestão	19
1.1 O Coren-BA	6	4.1 Resultados Finalísticos	19
1.2 Atuação	7	4.2 Resultados da Governança Interna	24
1.3 Estrutura Organizacional	8	4.3 Gestão Orçamentária e Financeira	27
1.4 Modelo de Negócios	10	4.4 Gestão de Pessoas	28
1.5 Relacionamento com a sociedade	11	4.5 Gestão de Licitações e Contratos	30
1.6 Ambiente Externo	12	4.6 Gestão Patrimonial e Infraestrutura	32
2. Governança, Estratégia e Alocação de Recursos	13	4.7 Gestão de Custos	33
2.1 Estrutura de Governança	13	5. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	34
2.2 Planejamento Estratégico 2019-2021	14	5.1 Declaração do Contador	34
2.3 Alocação de Recursos	16	5.2 Desempenho Financeiro-Contábil	35
3. Riscos, Oportunidades e Perspectivas	17	5.3 Balanço Patrimonial	36
3.1 Gestão de riscos e controles internos	17	5.4 Balanço Orçamentário	37
3.2 Riscos	18	5.5 Balanço Financeiro	38
		5.6 Demonstrativo da Variação Patrimonial	39
		5.7 Demonstrativo de Fluxo de Caixa	40
		5.8 Nota Explicativa	41

1. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

1.1 O Coren-BA

O Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (Coren-BA) é uma autarquia federal vinculada ao sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, criado pela Lei Federal n.º 5.905, de 12 de julho de 1973, cujas funções primordiais são regulamentar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional das suas quatro categorias: auxiliar de enfermagem, técnica(o) de enfermagem, enfermeira(o) e obstetriz.

Missão

"Disciplinar e fiscalizar o exercício da enfermagem, orientando os(as) profissionais em benefício da sociedade"

Visão

"Ser uma instituição de excelência que valoriza os(as) servidores(as) e os(as) profissionais de enfermagem"

Valores

"Eficiência, ética, honestidade, profissionalismo, respeito e responsabilidade"

Entre as principais competências do conselho estão: deliberação sobre inscrição de profissionais e cancelamento; expedição de carteira profissional para o exercício da enfermagem; conhecimento e decisão de assuntos referentes à ética profissional; e execução das instruções e provimentos do Conselho Federal de Enfermagem.

A atuação do conselho se dá através do atendimento aos(às) profissionais de enfermagem nas diversas unidades, que buscam serviços como inscrição, registro e cadastro, negociação de débitos e outros, e também pela atividade de fiscalização do exercício profissional, desempenhada por servidores(as) enfermeiros(as) fiscais por meio de visitas técnicas a unidades e instituições de saúde em todo o território do estado.

O Coren-BA também possui importante atuação no julgamento de denúncias de infração ético-disciplinar e de processos éticos admitidos em desfavor de profissionais de enfermagem, que podem resultar na absolvição ou penalização do profissional.

Há ainda as atividades desenvolvidas pelas Câmaras Técnicas e seus Grupos de Trabalho que promovem estudos, elaboram pareceres técnicos, prestam orientações técnicas aos(às) profissionais de enfermagem e ainda desenvolvem ações formativas como oficinas, seminários, palestras e outros.

Atualmente, o Plenário do Coren-BA é composto por dezessete membros efetivos e dezesseis suplentes, eleitos através de voto secreto, que elegeu a Diretoria, para o triênio 2018-2020.

1.2 Atuação

O Coren-BA atua em todo o território do estado da Bahia e conta com uma unidade sede na capital e outras no interior — as Subseções.

Em 22 de agosto de 2019, o Plenário do conselho aprovou a <u>Decisão Coren-BA n.º 301</u>, que "estabelece a reestruturação das subseções do Coren-BA por vetores de gestão". Com isto, o conselho deu início a uma nova forma de atuação territorial, com ampliação da cobertura de atendimento através da prestação de serviço de forma itinerante.

Com o início do redesenho, o Coren-BA encerrou o exercício de 2019 com 10 (dez) unidades ativas, localizadas em:

Alagoinhas
 Barreiras
 Feira de Santana
 Jequié
 Juazeiro
 Salvador

Guanambi
 Teixeira de Freitas
 Itabuna
 Vitória da Conquista

O projeto de reestruturação em curso tem sua conclusão prevista para o ano de 2020, quando o Coren-BA terá, além da sede, 6 (seis) unidades descentralizadas, sendo 3 (três) no vetor norte e 3 (três) no vetor sul.

Para mais informações acerca do <u>estudo</u> que levou ao projeto de reestruturação das subseções, acesse: http://ba.corens.portalcofen.gov.br.

Unidades do Coren-BA em 2019



1.3 Estrutura Organizacional

A atual estrutura organizacional foi aprovada pela <u>Decisão Coren-BA n.º 18</u>, de 6 de dezembro de 2018, que alterou a organização interna e o organograma do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia.

O Plenário e a Diretoria são os órgãos colegiados, compostos pelos(as) conselheiros(as) eleitos(as) em Assembleia Geral. As demais áreas funcionais compõem a organização interna e são divididas em: assessorias, departamentos, núcleos e unidades especiais, comissões permanentes e unidades operacionais.

As competências de cada uma das áreas funcionais do conselho estão dispostas no Caderno da Estrutura Organizacional, aprovado pela <u>Portaria Coren-BA n.º</u> 801, de 19 de agosto de 2019.

As Câmaras Técnicas e os grupos de trabalho também fazem parte da estrutura organizacional e em 31/12/2019, eram:

- Câmara Técnica de Atenção à Saúde;
- Câmara Técnica de Atenção à Saúde da Mulher;
- Câmara Técnica de Atenção Básica;
- Câmara Técnica de Ética de Enfermagem;
- Grupo de Trabalho de Cuidados Paliativos;
- Grupo de Trabalho de Feridas;
- Grupo de Trabalho de Práticas Integrativas e Complementares;
- Grupo de Trabalho de Saúde Mental GT/SM;
- Grupo de Trabalho de Sistematização da Assistência de Enfermagem;
- Grupo de Trabalho em Auditoria;
- Grupo de Trabalho Protocolo de Atenção Primária.

Diretoria



Maria Inez Morais Alves de Farias Presidente



Handerson Silva Santos Vice-Presidente



Keyla da Silveira Pinto Primeira Secretária



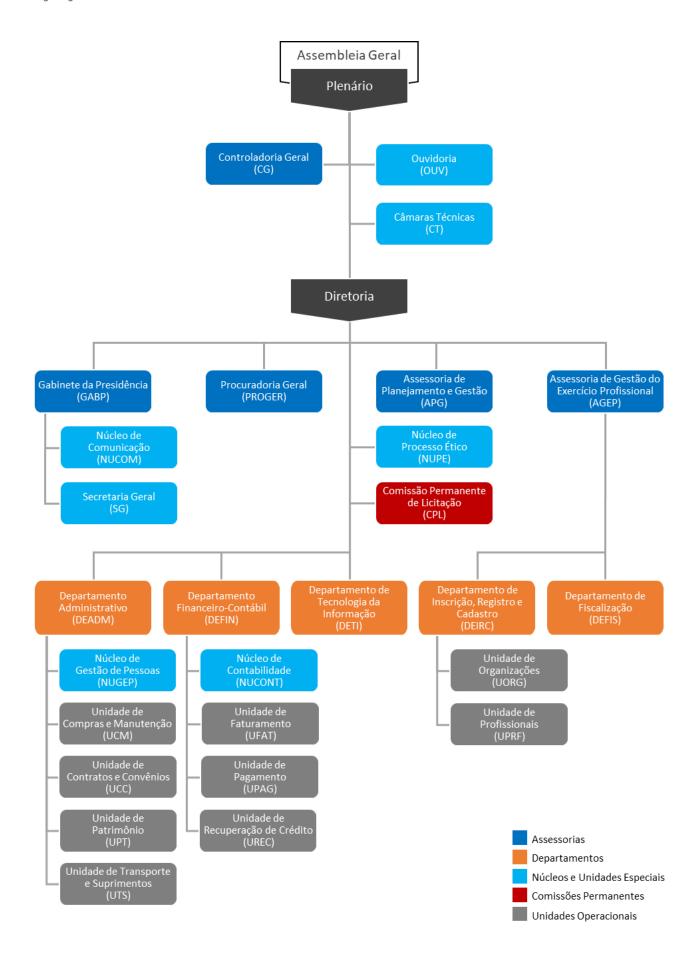
Vivalnita Mendonça da Encarnação Segunda Secretária



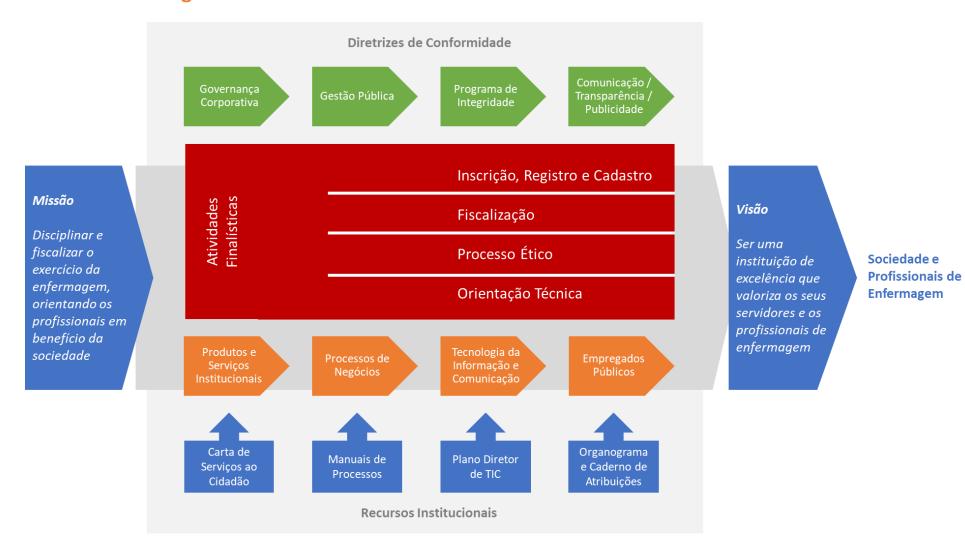
Aline Soares da Silva Primeira Tesoureira



Fernando de Jesus Teixeira Segundo Tesoureiro



1.4 Modelo de Negócios



1.5 Relacionamento com a sociedade

As unidades do Coren-BA da capital e do interior ainda são os principais canais de acesso aos serviços prestados pelo Conselho, principalmente para inscrição, registro e cadastro profissional, para registro de denúncias de infração ética e legal cometida por profissionais de enfermagem e para esclarecimentos acerca do exercício da profissão.

Outro importante canal é a Ouvidoria que possui acesso exclusivo através do portal do conselho na internet, na opção Ouvidoria, e onde são registradas e acompanhadas as manifestações de solicitações de informações, sugestões, reclamações e denúncias.

O Coren-BA possui outros canais de comunicação pelos quais se relaciona com os(as) profissionais de enfermagem e a sociedade, fortalecendo a transparência e ampliando a divulgação das ações, projetos e informações institucionais. O Portal da Transparência possui diversos documentos para acompanhamento e consulta por parte do(a) cidadão(ã).

O conselho se comunica diretamente com a sociedade por meio de seu sítio na internet e está presente nas redes sociais que atualmente se configuram como um canal direto e interativo de aproximação e diálogo com o(a) cidadão(ã). As redes sociais são cada vez mais importantes em nossa estratégia de comunicação.

Segundo relatório do Google Analytics, no período de 1º de janeiro a 31 dezembro de 2019, o site do Coren-BA teve a visita de 572.967 usuários(as). A página do Facebook encerrou o ano com 26.848 e o Instagram mais de 20 mil seguidores.

Conheça os principais canais:



Unidades do Coren-BA (sede e subseções): unidades responsáveis pelas atividades de inscrição, registro e cadastro profissional e atendimento presencial de profissionais e representantes de empresas que prestam serviço de enfermagem.



Portal do Coren-BA (<u>www.coren-ba.gov.br</u>): principal canal da instituição onde são disponibilizados diversos serviços, informações, notícias, orientações, guias, publicações, manuais e outros.



Autoatendimento: seção no site onde são disponibilizados serviços online, como emissão de boleto, emissão e conferência de certidão, acompanhamento de protocolo e consulta dos(as) profissionais registrados(as) no conselho.



Ouvidoria: principal instância no atendimento às solicitações de informações, sugestões, reclamações e denúncias, agindo também na intermediação de conflitos. Disponíveis o canal da Ouvidoria no portal, o atendimento telefônico, através do telefone +55 71 3277-3110, e o atendimento presencial na sede.



Portal da Transparência: principal canal para acompanhamento das informações do conselho conforme o disposto na Lei de Acesso à Informação.



Redes Sociais: perfis nas redes sociais Facebook (/CorenBahia) e Instagram (@coren.bahia) onde são disponibilizadas informações e notícias do conselho e esclarecidas dúvidas.

1.6 Ambiente Externo

Análise Geral

O ano de 2019 foi marcado por um cenário político-econômico de incertezas após o pleito eleitoral bastante disputado de 2018. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, índice que mede a atividade econômica e o nível de riqueza do país, cresceu apenas 1,1% com relação ao ano anterior, afetado, principalmente, pelo ritmo lento do consumo das famílias e dos investimentos privados.

No âmbito internacional, a disputa comercial entre os Estados Unidos e a China ainda gera fortes efeitos na economia global, provocando a valorização da moeda americana e com isso o aumento dos preços no Brasil. No interno, a mudança da política de juros, com cortes recorrentes na taxa SELIC, também reduz o interesse de investidores estrangeiros e, com isso, tem-se um menor fluxo de recursos no país, que somado ao aumento no rombo nas contas externas, elevam a cotação da moeda norteamericana.

Apesar desse cenário, dados do IBGE apontam que o Brasil fechou o ano com saldo positivo de 644 mil empregos formais, alta de 21,63% em comparação a 2018, com destaque para o subsetor "Serviços médicos, odontológicos e veterinários", que teve alta de 4,4%. A taxa média de desocupação caiu para 11,9% ante 12,3% em 2018.

No quesito contas públicas, de acordo com o Banco Central, o resultado fiscal da União, estados e municípios em 2019 foi o melhor desde 2014, registrando déficit primário de R\$ 61.872 bilhões.

Apesar disso, ainda é grande a dificuldade dos entes subnacionais em honrar seus compromissos com fornecedores de bens e serviços e pagar os salários dos(as) servidores(as), reduzindo, desse modo, a capacidade financeira dos(as) profissionais.

Bahia

No campo econômico, o PIB baiano fechou o ano praticamente igual ao ritmo do Brasil (1,2%), segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

A Bahia fechou o ano com saldo positivo de 30,8 mil empregos formais, alta de 1,82% em comparação a 2018, com destaque também para o subsetor "Serviços médicos, odontológicos e veterinários", que teve a 3ª maior alta (5,8%).

A taxa média de desocupação no estado fechou 2019 em 17,2%, 0,2% acima do que o ano anterior e 5,3% acima da média nacional, destacando-se novamente como a maior da série da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNAD Contínua), iniciada em 2012. A Bahia possui a 2ª maior taxa de desocupação do país, atrás apenas do Amapá (17,4%). A capital baiana praticamente repetiu o valor de 2018, com 16% (3ª), subindo no ranking, e a Região Metropolitana de Salvador (RMS) registrou redução, com 17,6% (2ª), mas permanecendo na mesma posição.

Observa-se que, apesar da força do setor de saúde do estado, a Bahia tem o grande desafio de acompanhar o ritmo de geração de emprego do país. O ritmo muito lento da economia afeta a criação de novas vagas e a melhoria dos salários, incluído o setor de saúde, o que afeta diretamente os(as) profissionais de enfermagem.

2. Governança, Estratégia e Alocação de Recursos

2.1 Estrutura de Governança

O sistema de governança do conselho compreende instâncias internas, responsáveis pela definição da estratégia da instituição, bem como pelo monitoramento da conformidade e de seu desempenho, e externas, responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação do sistema, além das instâncias internas de apoio à governança, responsáveis pela comunicação entre as partes interessadas e auditorias que avaliam riscos e controles internos.

Estrutura de Governança do Coren-BA



Instâncias Internas

Plenário

Constituído pelos membros eleitos efetivos e suplentes, é o órgão de deliberação máxima.

Diretoria

Órgão executivo e de administração do Coren-BA, e é composta por 6 (seis) conselheiros(as) eleitos(as) para exercerem os cargos de: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro(a) Secretário(a), Segundo(a) Secretário(a), Primeiro(a) Tesoureiro(a) e Segundo(a) Tesoureiro(a).

Estruturas de Apoio

Ouvidoria e a Controladoria Geral, vinculadas ao Plenário, e a Procuradoria Geral, vinculada à Diretoria.

Instâncias Externas

Conselho Federal de Enfermagem

Órgão superior de deliberação do sistema Cofen/Conselhos Regionais.

Tribunal de Contas da União

Órgão de controle externo e fiscalização das contas do Coren-BA.

2.2 Planejamento Estratégico 2019-2021

Planejamento Estratégico Participativo 2019 - 2021

O Planejamento Estratégico Participativo 2019-2021 foi aprovado pela <u>Decisão Coren-BA n.º 7</u>, de 6 de julho de 2018, que validou o Plano Plurianual e definiu a sistemática de acompanhamento e avaliação.

O Plano Estratégico estabelece os objetivos e indicadores necessários ao cumprimento da missão e alcance da visão de futuro do Coren-BA, bem como elenca as iniciativas, projetos e ações do período.

O Plano possui 12 (doze) objetivos estratégicos, distribuídos entre 4 (quatro) perspectivas, baseado na metodologia *Balanced Scorecard*, e durante o processo de elaboração foram definidas 25 (vinte e cinco) iniciativas e 83 (oitenta e três) projetos e ações, além de 32 (trinta e dois) indicadores classificados entre balizadores, estratégicos e táticos.

Cabe à Assessoria de Planejamento e Gestão (APG) acompanhar os indicadores e, junto às áreas

gestoras e responsáveis, a execução das metas e ações estabelecidas.

Importante destacar que a elaboração do planejamento estratégico envolveu todos(as) os(as) gestores(as) e contou com ampla participação dos(as) servidores(as), além da presença de conselheiros(as) durante as oficinas, tendo sido posteriormente apreciado e validado em Reunião de Diretoria e Plenário.

O documento completo pode ser acessado no portal da transparência da autarquia, disponível em:

http://ouvidoria.cofen.gov.br/corenba/transparencia/planejamento-estrategico/.

Em 2019, entrou em vigor o novo ciclo do Planejamento Estratégico, e ao longo do ano foram realizadas as reuniões de acompanhamento e avaliação: Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE), Reunião de Acompanhamento Tático (RAT) e Reunião de Acompanhamento Operacional (RAO).

- RAE: avaliar a execução do planejamento no âmbito estratégico, com foco no cumprimento dos objetivos e diretrizes gerais de ação;
- RAT: monitorar a execução do planejamento no âmbito tático, com foco na revisão das estratégias estabelecidas e

- nos índices e metas dos indicadores trimestrais; e
- RAO: monitorar a execução do planejamento no âmbito operacional, com foco na análise de projetos ou planos de ação estabelecidos.

A elaboração do planejamento estratégico e do Plano Plurianual é uma prática recente no âmbito do sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, normatizado pela Resolução Cofen n.º 503, de 6 de janeiro de 2016, que "estabelece procedimentos para Plano Plurianual, Proposta e alterações orçamentárias e dá outras providências".

Os principais resultados do exercício constam no Portal da Transparência, disponível em: http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-ba/transparencia/projetos-programas-acoes/.

Missão

Disciplinar e fiscalizar o exercício da enfermagem, orientando os profissionais, em benefício da sociedade

Visão

Ser uma instituição de excelência que valoriza os seus servidores e os profissionais de enfermagem

Partes nteressadas

- Aprimorar o Sistema de Atendimento
 - 3. Ampliar visibilidade institucional
- 2. Intensificar ações de educação ética e legal
- 4. Fortalecer ações de fiscalização

Processos Internos

- 5. Aprimorar a comunicação institucional
- 6. Qualificar a gestão dos processos de trabalho

Aprendizado e Crescimento

- 7. Promover e incentivar a capacitação dos servidores
- 9. Investir em Tecnologia da Informação
- 8. Desenvolver ações de valorização dos servidores
- 10. Otimizar a infraestrutura física e operacional

Orçamentária

- 11. Aprimorar o sistema de adimplência
- 12. Qualificar a gestão da execução orçamentária

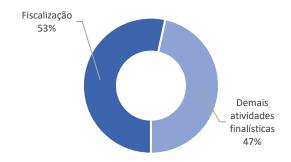
Valores

Eficiência • Ética • Honestidade • Profissionalismo • Respeito • Responsabilidade

2.3 Alocação de Recursos

Em 2019, o valor total gasto com as atividades finalísticas somou R\$ 9.419.941,28, que corresponde a 36,17% do montante realizado no exercício.

Gastos com atividades finalísticas

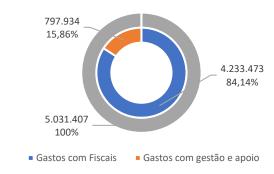


Fonte: Controladoria Geral (CG)

O valor total efetivamente gasto com a função de fiscalização do exercício profissional foi de R\$ 5.031.407,12, que corresponde a 19,32% das despesas realizadas em 2019.

As despesas com fiscalização contem, exclusivamente: as despesas com salários, encargos e benefícios dos fiscais no exercício da atividade; despesas com transporte e com veículos e equipamentos utilizados na fiscalização, incluindo custos de manutenção e combustíveis; diárias para cobrir estadia e alimentação dos fiscais, despesas com capacitação dos fiscais e custos com telefonia móvel institucional utilizada pelos fiscais.

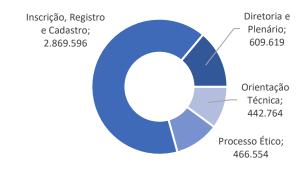
Gastos com fiscalização



Fonte: Controladoria Geral (CG)

Desse montante, 84,14% corresponde aos gastos exclusivos com os(as) enfermeiros(as) fiscais, e 15,86% aos gastos com os(as) servidores(as) que atuam na gestão e apoio direto da atividade, lotados no Departamento de Fiscalização da autarquia.

Gastos com demais atividades finalísticas

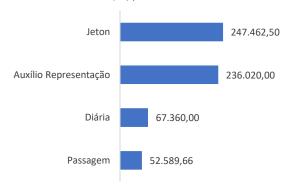


Fonte: Controladoria Geral

Com as demais atividades finalísticas foram gastos R\$ 4.388.534,16, que corresponde a 16,85% do montante realizado em 2019.

Quanto aos gastos com as atividades de Diretoria e Plenário, os recursos executados em 2019 somaram R\$ 609.619,42, e desse montante 98,99% são relativos às atividades dos(as) Conselheiros(as), 0,48% a gastos com Colaboradores(as) e 0,48% a outros gastos.

Gastos com Conselheiros(as) por Elemento



Fonte: Controladoria Geral (CG)

Os gastos com Conselheiros(as) somaram R\$ 603.432,16, sendo que desse valor Jeton e Auxílio Representação correspondem a 41,01% e 39,11%, respectivamente. Diárias respondem por 11,16% e passagens por 8,72%.

3. Riscos, Oportunidades e Perspectivas

3.1 Gestão de riscos e controles internos

As atividades de controle interno e gestão de riscos no Coren-BA são coordenadas pela Controladoria Geral (CG), área funcional vinculada ao Plenário da autarquia, cujas atribuições envolvem o controle das atividades administrativas, orçamentário-financeira, contábil e patrimonial, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

A atuação da Controladoria Geral, originalmente, não abrangia as atividades das áreas finalísticas, visto que a Resolução Cofen nº 373, de 20 de janeiro de 2011, previa que estas teriam regimes próprios de controle.

A Resolução Cofen nº 573, de 26 de março de 2018, revogou a Resolução Cofen nº 373/2011, permitindo a atuação da Controladoria nas atividades finalísticas, porém, a Resolução Cofen nº 576, de 5 de junho de 2018, também revogou a 573/2018, logo a fiscalização das atividades finalísticas pela Controladoria continua fora do âmbito de sua atuação.

O controle realizado de modo preventivo e corretivo abrange o acompanhamento e a análise dos processos licitatórios e de gestão dos contratos; acompanhamento e análise dos processos vinculados a folha de pagamento; acompanhamento e controle da execução orçamentária.

Além disso, é realizada a análise e liberação dos processos de pagamentos; validação da proposta orçamentária; liberação de viagens; auditoria das prestações de contas das diárias pagas aos(às) servidores(as), conselheiros(as) e colaboradores(as); análise e validação dos lançamentos contábeis e demonstrativos contábeis; acompanhamento e controle das ações do plano de redução da inadimplência; e orientações para implementação do controle de custos e redução dos gastos do conselho.

Soma-se a esse esforço a criação do Comitê Permanente de Controle Interno da Gestão 2018-2020, instituída pela Portaria Coren-BA nº 194, de 7 de maio de 2018, alterada pela Portaria Coren-BA nº 337, de 3 de abril de 2019, que tem o papel de acompanhar e auxiliar o trabalho da Controladoria Geral.

Ademais, os(as) gestores(as) das áreas funcionais do conselho conformam a primeira frente de controle e resposta aos riscos. A atuação dos(as) fiscais de contrato também contribui a minimizar riscos na autarquia.



3.2 Riscos

Estratégia de Mitigação dos Riscos

Riscos	Categoria	Resposta	Mitigação
Demandas não previstas externas: denúncias, eventos, representações, auditorias SUS, solicitações da Procuradoria Jurídica, audiências. Demandas não previstas internas: não autorização de viagem e veículo.	Operacionais	Monitorar	Elaborar planejamento da fiscalização incluindo estas atividades extras no cronograma, conforme média histórica destas demandas.
Grande extensão territorial: longos trajetos a percorrer para visitar as instituições planejadas, estradas em mau estado de conservação, localização das unidades em regiões perigosas e de difícil acesso, mudança de endereço da unidade.	Operacionais	Monitorar	Reorganização da estrutura das subseções, incluindo transporte próprio para a fiscalização, e redefinição do planejamento de viagens da fiscalização.
Infraestrutura: Estrutura física e mobiliário de algumas subseções inadequados, equipamentos tecnológicos obsoletos ou inexistentes, veículos oficiais insuficientes.	Operacionais	Monitorar	Reforma na estrutura física, aquisição de mobiliários, equipamentos e veículos, e manutenção preventiva dos veículos e equipamentos.
Taxa Alta de Absenteísmo (Licenças legais).	Operacionais	Monitorar	Realizar estudo com diagnóstico para conhecer os motivos principais destes afastamentos e intervir nas possíveis causas.
Não utilização de sistema de informática para controle dos processos de fiscalização e Sistema de cadastro dos(as) profissionais apresentando inconsistência de informações.	Operacionais	Monitorar	Atualização do parque tecnológico, incluindo os dados do Sistema Incorp, bem como a utilização do módulo de fiscalização deste.
Previsão inadequada da expectativa de arrecadação para o exercício fiscal.	Crédito	Monitorar	Elaboração do orçamento com análise da média histórica da arrecadação, incluindo fatores externos que possam impactar nas receitas, como: retração na economia do país, diminuição nos números de inscritos, aumento dos(as) profissionais remidos, entre outros.
Alta taxa de inadimplência dos(as) profissionais.	Crédito	Monitorar	Intensificação das ações de cobrança, incluindo notificações administrativas e inscrições dos débitos na dívida ativa.
Dificuldade na realização de ações de execução fiscal da dívida ativa, devido a não definição do prazo prescricional, devido a possibilidade desta execução somente ser realizada quando o débito for superior ao valor de quatro anuidades vigentes, conforme lei 12.514/2011.	Crédito	Monitorar	Utilização de jurisprudência do STJ nos processos na 1ª instância; Controle maior para acompanhamento do saldo do débito do profissional até o mesmo atingir os valores permitidos pela Lei, para a execução fiscal.
Processos de contratações de fornecedores inadequados.	Conformidade	Monitorar	Elaboração de fluxo do processo de contratação; Emissão de parecer jurídico sobre a legalidade do processo; Conferência e emissão de checklist/parecer da Controladoria Geral, atestando a conformidade da contratação, antes da finalização dos processos.
Processos de pagamentos de despesas irregulares.	Conformidade	Monitorar	Análise da Controladoria Geral sobre a documentação financeira, atestando a conformidade do pagamento.
Contratação e desligamentos de pessoal, folha de pagamento mensal, incluindo encargos legais, e procedimentos na Unidade de Gestão de Pessoas, com irregularidades.	Conformidade	Monitorar	Análise da Controladoria Geral e da Procuradoria Geral das demandas do Núcleo de Gestão de Pessoas; Análise e conferência da folha de pagamento pela Controladoria Geral.

Fonte: Controladoria Geral

4. Resultados e Desempenho da Gestão

4.1 Resultados Finalísticos

Fiscalização do Exercício Profissional

A atividade de fiscalização do exercício profissional é exercida, exclusivamente, por servidor(a) enfermeiro(a) fiscal ou por conselheiro(a). Em 31/12/2019, a autarquia dispunha de 9 (nove) enfermeiros(as) fiscais atuando em Salvador e 15 (quinze) no interior do estado.

Na elaboração do planejamento anual de fiscalização foram considerados os critérios a seguir:

- Resultados alcançados e retornos oriundos das instituições fiscalizadas nos anos de 2017 e 2018;
- Necessidade de manter as fiscalizações das instituições por nível de complexidade;
- Inserir as instituições que não foram fiscalizadas há mais de dois anos;
- Realizar força tarefa em instituições por especialidade;
- Necessidade de averiguação das denúncias;
- Atender as demandas da Procuradoria Geral e demais áreas funcionais:
- Alinhamento com orçamento do departamento do referido ano.

Inserido dentre os critérios de planejamento, as fiscalizações foram realizadas por nível de complexidade das instituições.

Nível de Complexidade das Instituições

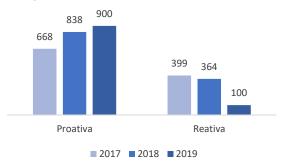
Nível	Conceito
1	Instituições que não possuem procedimentos de enfermagem. Realizam apenas trabalho burocrático. Exemplos: Distrito Sanitário, Cooperativas, SMS, SESAB, Central Médica de Regulação.
2	Instituições de saúde com atendimento básico e equipe de enfermagem prestando cuidados mínimos. Exemplos: Clínicas, Unidade de Saúde da Família, Clínicas de Imunização, laboratórios.
3	Instituições de saúde com atendimento especializado, equipe de enfermagem prestando cuidados mínimos e intermediários. Exemplos: Clínicas de cirurgia, ortopedia, imagem, CAPS, SAMU, Policlínica, UPAS, Prontos Atendimentos, Centro de Parto Natural.
4	Instituições de atendimento de alta complexidade, equipe de enfermagem prestando cuidados mínimos, intermediários, semi-intensivos e intensivos. São hospitais divididos em Pequeno (4P até 50 leitos), Médio (4M de 51 a 150 leitos), Grande (4G 151 a 500 leitos) e Extra Porte (4EG Acima de 500 leitos).

Fonte: Departamento de Fiscalização (DEFIS)

O percentual de cumprimento do planejamento de fiscalização alcançou 70,75% contra 54,17% do ano anterior. A melhora no desempenho do indicador se deu, principalmente, em razão das medidas de ajustes implementadas no processo de planejamento de fiscalização, atendendo a recomendação efetuada pela Controladoria Geral da União em inspeção realizada em 2018.

Em 2019, foram fiscalizadas um total de 1.000 (mil) instituições, 16,81% menor que o ano anterior, 90% parte do planejamento (proativa) e 10% em razão de apuração de denúncias ou força tarefa (reativa).

Fiscalizações Proativas e Reativas

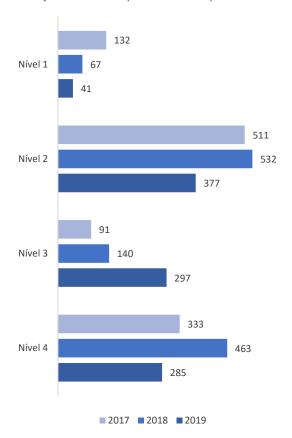


Fonte: Departamento de Fiscalização (DEFIS)

As ações ocorreram em 233 (duzentos e trinta e três) municípios, e a maior parte das instituições está localizada em cidades do interior do estado (72,60%), e o restante na capital e Região Metropolitana (27,40%). As ações de fiscalização abrangeram um universo de 38.042 profissionais que estavam vinculados(as) às instituições fiscalizadas.

Do total, 95,60% estão classificadas entre os níveis 2 e 4, com destaque para o crescimento das entidades de nível 3, com salto de 112,14%.

Instituições Fiscalizadas por Nível de Complexidade

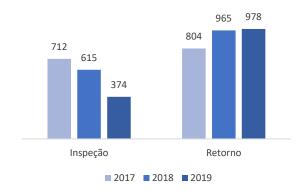


Fonte: Departamento de Fiscalização (DEFIS)

Foram realizadas 1.352 ações de fiscalização entre inspeção (primeira visita), que reduziu 39,19% na comparação com 2018, e retorno, que cresceu 1,35% no mesmo período.

Observa-se, com isso, que em 2019 foi dado continuidade à estratégia de priorizar os retornos afim de concluir os processos fiscalizatórios em andamento.

Fiscalizações por Tipo



Fonte: Departamento de Fiscalização (DEFIS)

As ações de fiscalização resultaram na emissão de 148 Autos de Infração e 317 Notificações, uma redução de 38,33% e 38,68%, respectivamente, na comparação com 2018. No mesmo período, por outro lado, houve uma alta de 50,34% na quantidade de Termos de Diligência emitidos (669). Ademais, foram encaminhadas à Polícia Federal 3 (três) denúncias de exercício ilegal da profissão.

Dentre as irregularidades mais encontradas em 2019, estão a Inexistência ou Inadequação de documentos relacionados ao gerenciamento do processo de trabalho, a inexistência, desatualização ou inadequação de cálculo de dimensionamento do pessoal de enfermagem.

Em relação ao número de denúncias recebidas pelo conselho, em 2019, houve aumento de 34,21% na comparação com o ano anterior. Foram acolhidas 153 denúncias de infração ético-disciplinar e 91,5% foram analisadas no exercício.

Notificações por Tipo



Fonte: Departamento de Fiscalização (DEFIS)

Denúncias por Região

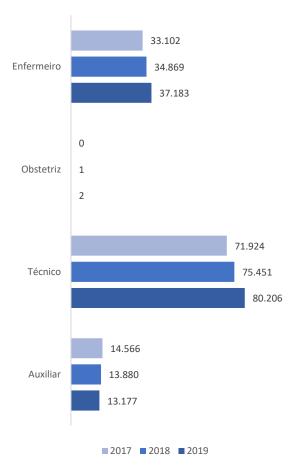


Fonte: Departamento de Fiscalização (DEFIS)

Inscrição, Registro e Cadastro

Em 2019, houve um crescimento de 5,13% na quantidade de profissionais ativos(as) em relação ao ano anterior. O total chegou a 130.568, um aumento de 6.367 profissionais.

Profissionais ativos(as) por categoria



Fonte: Departamento de Inscrição, Registro e Cadastro (DEIRC)

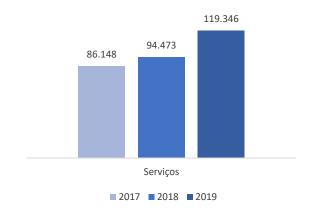
Técnicos(as) e Auxiliares de Enfermagem de enfermagem compõem 71,52% dos inscritos, enquanto Enfermeiros(as) e Obstetrizes representam 28,5%.

A categoria de Técnico(a) de Enfermagem teve o maior crescimento nominal, com 4.755 novos(as) profissionais, seguido de Enfermeiro(a), com 2.314, e Obstetriz com uma nova inscrição. Na contramão, a categoria de Auxiliar de Enfermagem continua em queda, com 703 profissionais a menos que no exercício anterior.

Dos(as) inscritos(as) 90% são mulheres e 10% homens, proporção que vem se mantendo no decorrer dos anos, confirmando que a enfermagem é uma classe predominantemente feminina.

No tocante aos serviços prestados, houve uma alta de 26,33% quando comparado com o ano anterior.

Serviços prestados



Fonte: Departamento de Inscrição, Registro e Cadastro (DEIRC)

Do conjunto de 20 serviços prestados em 2019, apenas 05 responderam por 82,61% do total, Parcelamento (25,75%), Emissão de carteira (22,79%), Certidão de regularidade (14,91%), Renovação de cédula (11,32%) e Inscrição definitiva (7,83%).



Em 2019, foi implementado o projeto Coren Móvel, que visa ampliar a cobertura do atendimento aos(às) profissionais de enfermagem do estado, possibilitando a prestação de serviços em mais municípios do estado de forma itinerante.

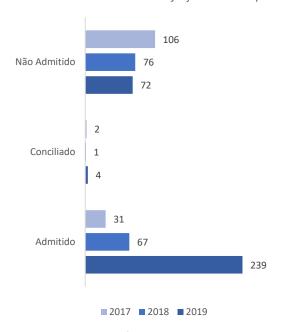
Dos 119.346 serviços prestados no exercício, 811 foram realizados em apenas 9 (nove) dias nas ações do Coren Móvel, que ocorreram nos municípios de Jacobina, Senhor do Bonfim e Valença.

Processo Ético-Disciplinar

O procedimento ético-disciplinar é normatizado pela Resolução Cofen n.º 370, de 3 de novembro de 2010, que aprovou o "Código de Processo Ético das Autarquias Profissionais de Enfermagem",

inicia-se de ofício (incluído o auto de infração) ou por denúncia, e compreende os ritos para apurar a suposta infração ao <u>Código de Ética dos(as)</u> <u>Profissionais de Enfermagem</u> (CEPE) ou outros normativos.

Admissibilidade de Denúncia de Infração Ético-Disciplinar



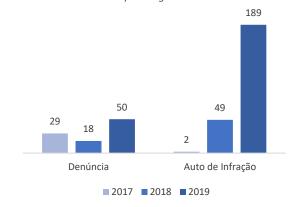
Fonte: Núcleo de Processo Ético (NUPE)

Uma denúncia de infração ético-disciplinar pode percorrer 3 fases, previstas na Resolução Cofen n.º 370/2010, a saber: Admissibilidade, Instrução e Julgamento. Uma vez admitida a denúncia, é instaurado o processo ético-disciplinar.

Em 2019, o Plenário da autarquia apreciou 315 procedimentos ético-disciplinares, alta de 118,75% na comparação com o ano anterior.

Do total, 75,87% resultaram em instauração de processo ético (admitidos), 22,86% foram arquivados (não admitidos) e 1,27% foram conciliados.

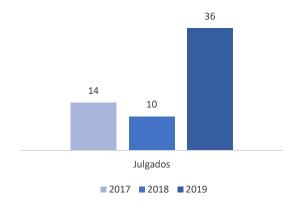
Processos de Admitidos por Origem



Fonte: Núcleo de Processo Ético (NUPE)

A quantidade elevada de processos admitidos deve-se, substancialmente, em razão do aumento da lavratura de autos de infração, uma vez que tal procedimento trata-se de constatação in loco por parte do(a) enfermeiro(a) fiscal do descumprimento por parte dos(as) profissionais de enfermagem de normativas no Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, o que resulta em infração ao CEPE e, portanto, passível de admissão de processo ético-disciplinar.

No exercício, foram julgados 36 processos éticodisciplinares, um aumento de 260% em comparação com o ano anterior. Processos Ético-Disciplinares Julgados



Fonte: Núcleo de Processo Ético (NUPE)

O expressivo crescimento se deu, principalmente, por: maior número de reuniões plenárias de julgamento; melhor acompanhamento dos prazos processuais, e mais a agilidade nos julgamentos, com o aumento da maturidade institucional e a melhoria na elaboração dos pareceres conclusivos.

Quanto aos desfechos dos julgamentos de processos ético-disciplinares, em 2019, 59 profissionais de enfermagem foram julgados(as), desses 35 foram absolvidos(as) e 24 penalizados(as). Foram aplicadas 22 advertências verbais e 12 multas no valor de uma anuidade.

Orientação Técnica

A orientação técnica é um valor entregue à sociedade resultante das atividades desenvolvidas pelas Câmaras Técnicas do Coren-BA e seus grupos de trabalhos, compostos por especialistas da área de enfermagem.

Através da realização de estudos, pareceres técnicos, reuniões e eventos, o conhecimento é disseminado e os(as) profissionais e a sociedade são orientados acerca dos assuntos atinentes à enfermagem.

Em 2019, foram promovidos pelas Câmaras Técnicas 34 eventos destinados aos(às) profissionais de enfermagem, mas também abertos ao público em geral. Os temas são definidos a partir da avaliação de lacunas de conhecimento dos profissionais, por vezes identificadas pelas ações de fiscalização, ou por demandas específicas.

Das vagas disponibilizadas (1.865) nesses eventos, 75% foram preenchidas, ou seja, um total de 1.392 participantes. Além de Salvador, os eventos ocorreram em outras 5 cidades baianas.

Além dos eventos, as Câmaras Técnicas são responsáveis pelo atendimento às manifestações registradas na Ouvidoria da autarquia que ensejem na elaboração de pareceres técnicos, que ficam disponíveis no sítio eletrônico do Coren-BA (www.coren-ba.gov.br), em Legislação > Pareceres Técnicos.

Atendimento às Solicitações de Orientação

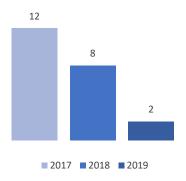


Fonte: Câmaras Técnicas (CT)

Das manifestações registradas em 2019 (197), cujo teor corresponde a uma demanda técnica, 91% foram respondidas no exercício, restando 9% em aberto.

Quanto aos pareceres técnicos, houve redução de 75% na elaboração de novos documentos. Essa redução se deve, principalmente, pela simplificação da resposta à orientação solicitada, dispensando a elaboração de novos pareceres.

Pareces Técnicos Emitidos



Fonte: Câmaras Técnicas (CT)

Além disso, para muitas das solicitações já há parecer emitido, o que dispensa a elaboração de novo documento, salvo quando há necessidade de atualização. Essa estratégia tem tornado processo de resposta mais ágil.



34 eventos



1.392 participantes

9 05 municípios

4.2 Resultados da Governança Interna

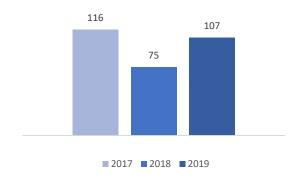
Controle Interno

Em 2019, foram submetidos à análise da Controladoria Geral 107 (cento e sete) Processos Administrativos de contratações, quantidade superior em 42,67% ao ano de 2018 e inferior em 7,76% ao ano de 2017.

Dos processos apreciados no exercício em análise, foram emitidas recomendações para 35 (trinta e cinco), uma alta de 28,57% em comparação ao ano anterior.

Dos processos analisados em 2019, 54,21% foram feitas através de processo de licitação, 17,76% de inexigibilidade e 28,04% de dispensa.

Processos Analisados pela Controladoria Geral

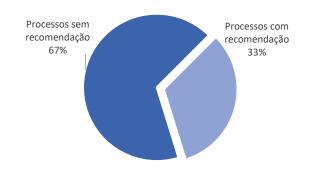


Fonte: Controladoria Geral (CG)

Em relação ao pagamento de diárias, todos os processos de concessão são encaminhados à Controladoria Geral para análise e liberação destes, previamente apreciadas pelo(a) gestor(a) responsável pela área. São verificadas a pertinência da viagem, a duração e o cálculo da quantidade de diárias a serem pagas. Após a realização da viagem, as prestações de contas são encaminhadas para validação.

Em 2019, foram analisados 542 processos de pagamento de diárias, 34 desses com irregularidade na apresentação de relatório de viagem e/ou comprovante de bilhete de viagem. Também, em razão de investigações e de denúncias/representações, foram detectados indícios de irregularidades que ensejaram a instauração de 03 (três) processos de sindicância de cunho investigativo e 01 (um) processo administrativo disciplinar.

Resultado dos Processos de Contratação Analisados



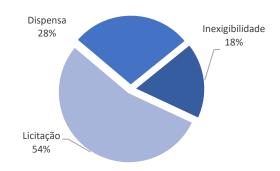
Fonte: Controladoria Geral (CG)

Os processos de pagamentos são analisados previamente pela Controladoria Geral e na análise são verificadas as retenções tributárias, a existência de contrato e empenho prévio, e a efetiva realização do serviço ou aquisição do bem, através do controle do atesto nos documentos fiscais.

A Controladoria Geral analisa as folhas de pagamento quinzenal e mensal do Coren-BA antes do envio do arquivo eletrônico de pagamento, sendo realizado apontamentos sobre erros nas verbas salariais ou nos descontos legais.

Destaca-se a importância dessa análise prévia, pois reduz substancialmente a ocorrência de erros que possam ocasionar prejuízos ao erário do Conselho.

Processos Administrativos Analisados por Modalidade



Fonte: Controladoria Geral (CG)

Resultados da Procuradoria Geral

À Procuradoria Geral (PROGER) cabe assessorar a gestão do Conselho diante das divergências de entendimento frente aos princípios da administração pública federal e às instruções e provimentos do Conselho Federal, ingressar com Acões Civis Públicas na Justiça Federal e representações no Ministério Público e demais órgãos competentes, participar de audiências, participar de reuniões nas subseções do conselho, nas unidades de saúde e em demais órgãos públicos e privados, inscrever profissionais de enfermagem inadimplentes na dívida ativa, realizar o protesto das dívidas de anuidades do Conselho Regional de profissionais enfermagem inadimplentes, e ingressar com Execuções Fiscais na Justiça Federal.

Ações Civis Públicas

As Ações Civis Públicas são, segundo o Superior Tribunal Federal (STF), "ações para responsabilizar os responsáveis por causar danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico ou a qualquer outro interesse coletivo ou interesse difuso".

Quando as irregularidades identificadas pelas equipes do Departamento de Fiscalização (DEFIS) não são resolvidas administrativamente, a Procuradoria Geral (PROGER) age para buscar a eventual responsabilização por danos causados ao "interesse coletivo" em situações ligadas a

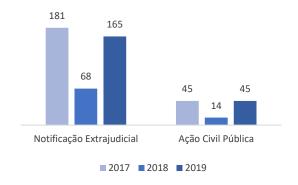
atividade da categoria de enfermagem e a saúde pública.

Em 2019, foram enviadas 165 notificações extrajudiciais para ajustes das irregularidades apontadas nos relatórios dos(as) enfermeiros(as) fiscais, sendo propostas 45 ações civis públicas, altas de 143% e 221% respectivamente.

Buscando dar celeridade às reparações das irregularidades encontradas através das visitas de fiscalização nas unidades de saúde, a PROGER passou a adotar como estratégia a notificação extrajudicial no curso do processo, ao invés de aguardar toda a tramitação, de modo a garantir melhor qualidade na prestação dos serviços de saúde.

Ademais, na identificação de qualquer irregularidade, o DEFIS imediatamente encaminha as informações à PROGER, estratégia que se fortaleceu em 2019.

Medidas Judiciais para Reparação de Irregularidades



Fonte: Procuradoria Geral (PROGER)

Com isso, e somado ao aumento de denúncias apresentados anteriormente, houve expressivo crescimento das notificações extrajudiciais e das acões civis públicas em 2019.

A lista completa das Ações Civis Públicas ingressadas pelo Coren-BA pode ser encontrada no endereco:

http://ba.corens.portalcofen.gov.br/acao-civil-publica

Processos Trabalhistas

No ano de 2019 a carteira trabalhista da Procuradoria Geral atuou em 07 (sete) reclamações trabalhistas propostas por empregados que foram dispensados.

- Fase Execução (n.º Processo)
 - 000177-30.2016.5.05.0004
- Fase Recursal (n.º Processo)
 - 0001230-32.2015.5.05.0020
 - 0001245-47.2015.5.05.0037
 - 0000361-81.2019.5.05.0003
- Quitado (n.º Processo)
 - 0001175-17.2015.5.05.0009
 - 0 0104900-16.2006.5.05.0016
- Fase Conhecimento (n.º Processo)
 - 0000454-95.2016.5.05.0020

Extrajudicialmente, a carteira trabalhista atua diariamente prestando orientações nas demandas da Presidência e do Núcleo de Gestão de Pessoas, bem como respondendo as demandas emanadas pelos(as) servidores(as) através de consultas que importam em pareceres.

Ademais, em 2019, a PROGER passou a apoiar o Núcleo de Processo Ético (NUPE), elaborando decisões plenárias de julgamento, emitindo Pareceres diversos, acompanhando em oitivas e assessorando as comissões e coordenando do depoimento.

Satisfação dos(as) Usuários(as)-Cidadãos(ãs)

Em 2019, foram registradas no canal de ouvidoria 1.649 ocorrências, um aumento de 18,89% na comparação com o exercício anterior. O maior número de manifestações está relacionado a pedidos de informação (730), seguido de reclamação (412) e denúncia (401).

A satisfação do(a) usuário(a)-cidadão(ã) é medida a partir da aplicação de questionários (até 2019 apenas na unidade sede) e também da avaliação do atendimento prestado através do sistema de Ouvidoria.

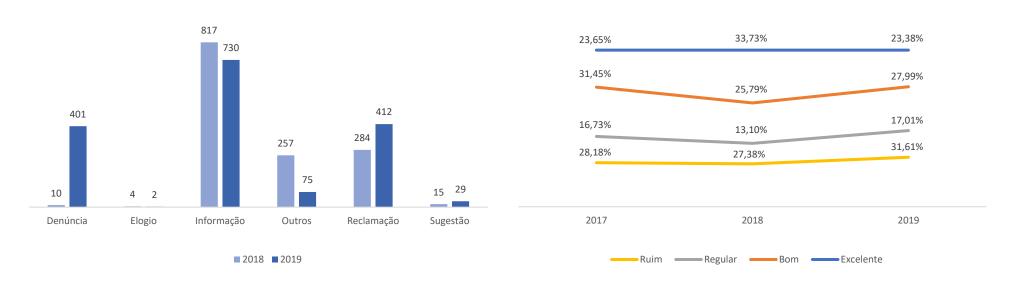
Considerando apenas os itens respondidos, é possível notar que o indicador de satisfação geral, que representa a soma das avaliações Bom e Excelente, caiu de 59,5%, em 2018, para 51,4%,

em 2019. A sistemática atual não favorece e não estimula o(a) usuário(a) a registrar a avaliação, sendo, normalmente, buscada quando da intenção de registro de pontos de insatisfação.

Para 2020, está previsto a implantação de novo sistema que permitirá ao(à) usuário(a) avaliar a satisfação após cada atendimento, em todas as unidades do Coren-BA, dando melhor condição de avaliar o indicador e adotar as medidas mais assertivas para qualificar a prestação de serviço.

Manifestações por Tipo



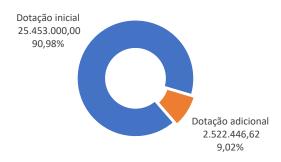


Fonte: Ouvidoria (OUV) Fonte: Ouvidoria (OUV)

4.3 Gestão Orçamentária e Financeira

A <u>Decisão Coren-BA N.º 13</u>, de 29 de outubro de 2018, homologada pela <u>Decisão Cofen N.º 192</u>, de 13 de dezembro de 2018, aprovou a Proposta Orçamentária Anual - Exercício 2019 e fixou dotação para o atendimento das despesas no montante de R\$ 25.453.000,00.

Dotação Orçamentária em 2019



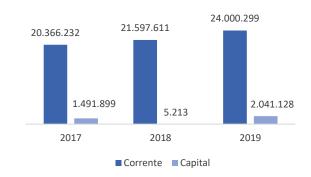
Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

Houve duas suplementações nos valores de R\$ 1.370.000,00 e R\$ 1.152.446,62, um acréscimo ao orçamento de R\$ 2.522.446,62, cuja origem do recurso foi o superávit dos exercícios anteriores, resultando em uma dotação total de R\$ 27.975.446,62. O acréscimo foi em razão de investimentos em infraestrutura (reforma de imóveis), veículos e tecnologia da informação (renovação do parque tecnológico, aquisição de sistema de atendimento).

Quanto ao desempenho dos gastos em 2019, o valor executado foi 6,91% menor que o fixado no orçamento. A diferença, em valores absolutos

equivaleu a 1,9 milhão de reais, sendo 73,7% desse montante verificado em despesa corrente (R\$ 1,4 milhão) e 26,3% em despesa de capital (R\$ 500 mil).

Evolução dos Gastos

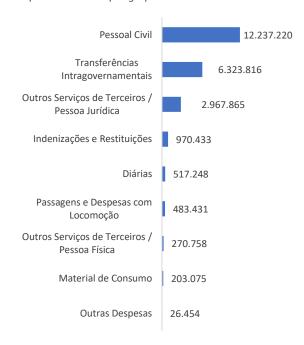


Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

Os gastos no exercício somaram R\$ 26.041.427,27, sendo que 92,16% compunha as despesas correntes (gastos com a manutenção das atividades do conselho), e 7,84% foram investidos em despesas de capital (gastos com investimentos no patrimônio).

As despesas correntes cresceram 11,12% na comparação com 2018. Os gastos com pessoal representaram 50,99% do total dessa categoria, o repasse da cota parte ao Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) representou 26,35%, e os outros 22,66% foram com despesas de manutenção das atividades e funcionamento da autarquia.

Despesas Correntes por grupo em 2019



Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

Dos gastos de capital, 88,91% foram para aquisição de equipamentos e material permanente e 11,09% para obras e instalações.

Despesas de Capital por grupo em 2019



Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG).

4.4 Gestão de Pessoas

O Coren-BA encerrou o ano de 2019 com uma força de trabalho composta por 144 pessoas, um crescimento de 9,92%, na comparação com 2018.

Distribuição da Força de Trabalho

Categoria	2017	2018	2019
Servidor(a)	113	119	123
Estagiário(a)	9	12	18
Aprendiz	0	0	3
Total	122	131	144

Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas (NUGEP)

Do total de servidores(as), 84,55% são servidores(as)/empregados(as) públicos(as) e 14,16% são empregados comissionados, e aproximadamente 20% são enfermeiros(as) fiscais que atuam efetivamente em ações de fiscalização. Ao final do exercício, 116 (94,31%) estavam em atividade e 7 (5,69%) afastados.

Distribuição dos(as) Servidores(as) por Vínculo



Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas (NUGEP)

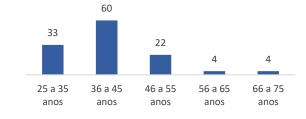
Distribuição dos(as) Servidores(as) por Área



Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas (NUGEP)

Do total de servidores(as), pouco mais de dois terços (69,92%) estão alocados na área fim do conselho, e 65,85% são mulheres e quase a metade tem entre 36 e 45 anos (48,78%).

Distribuição dos(as) Servidores(as) por Faixa Etária

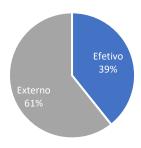


Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas (NUGEP)

O quadro de cargos em comissão e funções gratificadas da autarquia foi reestruturado pela Decisão Coren-BA N.º 16, de 6 de dezembro de 2018. Em 31/12/2019, o conselho possuía na estrutura 33 cargos comissionados, com 5 postos vagos, e 10 funções gratificadas, com 1 posição em aberto. Dos cargos comissionados

preenchidos, 39,29% dos ocupantes eram servidores/empregados efetivos.

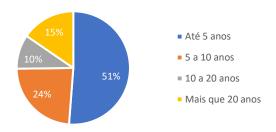
Distribuição dos Cargos Comissionados por Vínculo



Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas (NUGEP)

Quanto ao tempo de serviço prestado, nota-se que a maior parte dos(as) servidores(as) se encontra na faixa de até 5 anos.

Distribuição dos(as) Servidores(as) por Tempo de Serviço



Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas (NUGEP)

Em 2019, foi iniciada a revisão do Plano de Revisão de Cargos, Carreiras e Salários e aplicada Pesquisa de Clima Organizacional, cujo resultado apontou para um ambiente 35,7% favorável.

Gastos com Pessoal

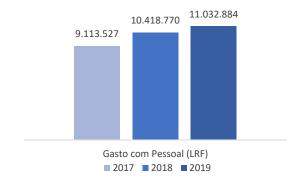
As despesas de pessoal são, na sua totalidade, com servidores(as) da ativa, já que a autarquia não possui regime próprio de previdência. Em 2019, o gasto com pessoal civil alcançou R\$ 892.376,21, alta de 7,87% em relação a 2018.

O crescimento, é reflexo do aumento do quadro de servidores(as), em razão do preenchimento de cargos vagos, e do reajuste de 5,07% aplicado no acordo coletivo celebrado na data base no mês de majo de 2019.

O Coren-BA gastou R\$ 200.006,60 com estagiários(as) em 2019, alta de 86% em relação ao ano anterior, uma vez que o programa de estágio foi ampliado para outras áreas funcionais.

Gastos Totais com Pessoal

Gastos com Pessoal com base na LRF



Fonte: Departamento Financeiro-Contábil (DEFIN)

Com terceirização regular de mão de obra (motorista, telefonista, recepcionista e auxiliar de serviços gerais), o gasto alcançou R\$ 619.347,52 em 2019, sem variação significativa.

Índice de Pessoal com base na LRF



Fonte: Departamento Financeiro-Contábil (DEFIN)

A despesa de pessoal executada 2019, de acordo com Lei de Responsabilidade Fiscal LRF, Lei Complementar N.º 101, de 4 de maio de 2000, alcançou R\$ 11.032.883,59, e o valor corresponde a 43,06% da Receita Corrente Líguida.

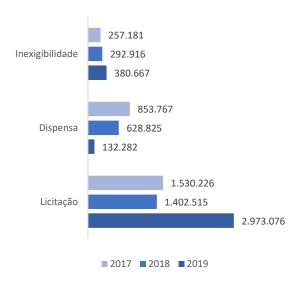
	2017	20	18	20	19
Nome	Acumulado	Acumulado	Variação (%)	Acumulado	Variação (%)
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	9.735.329,02	11.344.844,23	1.609.515,21(17%)	12.237.220,44	892.376,21(8%)
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	6.628.542,36	7.614.292,41	985.750,05(15%)	8.075.707,07	461.414,66(6%)
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.986.692,20	2.185.330,33	198.638,13(10%)	2.337.829,00	152.498,67(7%)
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.069.842,02	1.207.914,16	138.072,14(13%)	1.555.213,07	347.298,91(29%)
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	50.252,44	337.307,33	287.054,89(571%)	268.471,30	-68.836,03(-20%)
ESTAGIÁRIOS	97.500,30	107.409,70	9.909,40(10%)	200.006,60	92.596,90(86%)
TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	498.292,72	619.147,07	120.854,35(24%)	619.347,52	200,45(0%)
Total	10.331.122,04	12.071.401,00	1.740.278,96(17%)	13.056.574,56	985.173,56(8%)

Fonte: Departamento Financeiro-Contábil (DEFIN)

4.5 Gestão de Licitações e Contratos

O Coren-BA realiza as contratações por licitação através do sistema de Pregão Eletrônico do Banco do Brasil. No ano de 2019, foram realizados 65 (sessenta e cinco) processos de contratações, quantidade 13,33% menor que no ano anterior, com um custo total de R\$ 3.486.159,63, valor 31,99% superior a 2018.

Evolução das Contratações por Forma

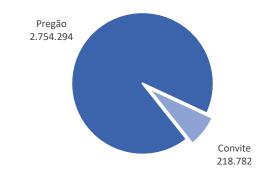


Fonte: Comissão Permanente de Licitação (CPL)

No exercício em análise, 61,54% dos processos de contratação foram realizados através de licitação (40), 21,54% por processo de inexigibilidade (14) e 16,92% através de dispensa de licitação (11). Das licitações realizadas em 2019, 39 foram através da modalidade pregão eletrônico e 1 por convite,

para contratação de serviço de obra/reforma do imóvel que sediará a nova subseção de Feira de Santana.

Total das Licitações por Modalidade em 2019



Fonte: Comissão Permanente de Licitação (CPL)

Em 2019, as principais contratações do Coren-BA estão relacionadas a serviços de:

- Motorista: essencial para a atividade de fiscalização do exercício profissional;
- Portaria: necessário para a guarda e vigilância das instalações e controle de acesso:
- Limpeza: indispensável para resguardar a saúde e o bem estar das pessoas que trabalham e utilizam o serviço do conselho;
- Recepção: necessário para apoiar no atendimento aos(às) usuários(as);
- Telefonia: importante para o atendimento ao público;

- Postagem: essencial para o envio de correspondências oficiais a autoridades e profissionais;
- Publicidade e comunicação: necessário para qualificar a prestação de informações à sociedade;
- Passagens aéreas e terrestres: serviço necessário para viabilizar o trânsito de representantes da autarquia e o deslocamento dos(as) servidores(as) em atividades.

Tais serviços são essenciais para o funcionamento regular da autarquia e manutenção das atividades, em especial, aquelas relacionadas às áreas finalísticas, como a fiscalização do exercício profissional, a inscrição, dentre outras.

Em 2019, ainda, foram abertos processos de contratação para aquisição de veículos, equipamentos de informática (computadores, notebooks, nobreak, firewall e outros), além de outros equipamentos e materiais, como também de consultoria para revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da autarquia.

As aquisições realizadas no exercício estão em pleno alinhamento aos objetivos: OE4 – Fortalecer ações de fiscalização; OE5 – Aprimorar a comunicação institucional; OE8 – Desenvolver ações de valorização do(a) servidor(a); OE9 – Investir em tecnologia da informação; e OE10 – Otimizar a infraestrutura física e operacional.

Contratos mais Relevantes de 2019

Favorecido	Resumo do Objeto	Valor
Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	Serviços de correspondências.	631.890,06
(CNPJ:34.028.316/0005-37)		
CHIPCIA INFORMATICA LTDA	Fornecimento de serviços de rede, storage, NAS, fariwall, WLAN, nobreak, ferramenta de backup, softwares de informática e	384.050,00
(CNPJ:00.761.147/0001-02)	televisor. (Lote I, II e IX).	
JRMCar Locadora de Veículos Eireli	Fornecimento de 05 veículos modelo Duster 1.6 Expression tipo Veículos utilitário-esportivo (SUV).	352.622,11
(CNPJ:32.193.928/0001-26)		
Triunfo Comercial e Serviços Eireli	Fornecimento de 02 veículos tipo pickup marca Nissan, modelo Frontier, ano/modelo 2019/2020.	279.543,00
(CNPJ:28.739.782/0001-02)		
AGABM Assessoria e Serviços de Manutenção Ltda	Serviço de portaria.	267.550,00
(CNPJ:08.332.083/0001-28)		
Daten Tecnologia Ltda	Aquisição de 87 unidades de Desktop Padrão-Licença Windows - Lote I	263.699,61
(CNPJ:04.602.789/0001-01)		
CDLJ Publicidade Ltda	Serviço contínuo de comunicação integrada de publicações e propaganda.	227.244,65
(CNPJ:05.034.051/0001-58)		
GTI G Tecnologia Integrado Eirelli EPP	Aquisição de 40 (quarenta) unidades de Notebook com licença Microsoft - Lote V e de 145 (cento e quarenta e cinco) unidades	203.880,00
(CNPJ:08.907.239/0001-51)	de Microsoft Office Home e Business 2019 64 bits - Lote VI	•
AS ENGENHARIA LTDA	Serviço de engenharia e reparos gerais da nova Subseção do Feira de Santana do Coren-BA.	148.462,55
(CNPJ:17.700.934/0001-39)		•
JRV SERVICOS LTDA	Fornecimento de serviços de rede, storage, NAS, fariwall, WLAN, nobreak, ferramenta de backup, softwares de informática e	121.500,00
(CNPJ:08.208.805/0001-37)	televisor. (Lote IV, V, VI e VII).	•
Premier Serviços Empreendimentos Ltda ME	Serviço de motorista.	115.976,88
(CNPJ:13.570.532/0001-06)	•	•
Agência Aerotur Ltda EPP	Fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais.	115.058,77
(CNPJ:08.030.124/0001-21)		•
Leme Consultoria em Gestão de RH LTDA.	Consultoria para realização e implantação de mapeamento de competências técnicas e comportamentais necessárias ao	110.841,28
(CNPJ:07.955.535/0001-65)	desempenho das atividades e processos, avaliação de desempenho por competência e revisão atual do PCCS.	•
Entel Comércio e Representações Ltda	Serviço de locação de impressora corporativa.	90.508,80
(CNPJ:13.745.542/0001-35)		•
INCORP Technology Informatica Ltda	Serviços técnicos de manutenção e suporte tecnológico dos módulos licenciados ao Coren-Ba dos sistemas INCORP WARE e	82.202,83
(CNPJ:41.069.964/0001-73)	INCORP NET.	•
Central de Eventos Hoteis e Turismo da Bahia Ltda EPP	Serviços para realização de evento do Seminário Administrativo.	81.800,00
(CNPJ:08.304.720/0001-52)		•
CGN Construções Eireli	Serviço de engenharia para reforma geral do imóvel.	78.000,00
(CNPJ:12.363.508/0001-33)		•
GLOBAL TTI SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA	Fornecimento de serviços de rede, storage, NAS, fariwall, WLAN, nobreak, ferramenta de backup, softwares de informática e	62.899,99
(CNPJ:21.823.206/0001-91)	televisor. (Lote III)	
WM Serviços Técnicos e Comissionamento EIRELLI	Servico de manutenção preventiva e corretiva dos imóveis do COREN-BA.	59.222,51
(CNPJ:23.868.882/0001-07)	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	/
Premier Serviços Empreendimentos Ltda ME	Serviço de limpeza e higiene	45.776,35
(CNPJ:13.570.532/0001-06)	and the state of t	.2 7 0,00
Premier Serviços Empreendimentos Ltda ME	Serviço de telefonista	31.046,80
(CNPJ:13.570.532/0001-06)	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	22.2.10,00

Fonte: Controladoria Geral (CG); Sistema Implanta.

4.6 Gestão Patrimonial e Infraestrutura

O exercício de 2019 foi um ano importante na política de investimentos de capital, tanto em infraestrutura quanto em equipamentos. Foram gastos R\$ 2.041.128,12, a maior parte investida em equipamentos de informática, veículos, reforma e aquisição de software.

Investimentos por Conta em 2019



Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

Os principais investimentos fazem parte do conjunto de iniciativas e projetos do Plano 2019-2021, que prevê, dentre seus objetivos estratégicos, investimento em tecnologia da informação e otimização e modernização da infraestrutura física e operacional da autarquia. O investimento em equipamentos de informática se deu em razão do projeto de renovação do parque tecnológico, que possibilitou a

substituição de computadores defasados e fora da garantia, bem como permitiu a aquisição de dispositivos portáteis para uso, principalmente, dos(as) enfermeiros(as) fiscais em suas atividades fiscalizatórias cotidianas.

Aquisição de novos computadores e notebooks



Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação (DETI)

A atualização tecnológica, em 2019, incorporou ao patrimônio da autarquia 135 novos dispositivos entre computadores e notebooks, além de servidores e outros equipamentos, investimento necessário para mitigar o risco de perda de dados, tendo em vista o tempo de uso dos equipamentos atuais.

Aquisição de Novos Veículos



Fonte: Departamento Administrativo (DEADM)

Foram adquiridos 7 (sete) novos veículos para dar apoio operacional às vistorias nas intuições de saúde, somando-se aos três existentes na frota da autarquia.

A sede da autarquia está situada em imóvel próprio, sendo que as 9 subseções funcionam em imóveis locados, tendo sido gasto o valor de R\$ 154.832,57 no ano de 2019, uma alta de 19,77% em comparação ao ano anterior.

A elevação se deu em razão da locação de novo imóvel para a sede da subseção de Feira de Santana. A autarquia possui outros dois imóveis, localizados em Salvador, um em processo de desfazimento.

Já com locação de equipamentos, como impressoras, equipamentos de vigilância e rastreamento de veículos foram gastos R\$ 79.021,85 no exercício, alta de 12,24%.

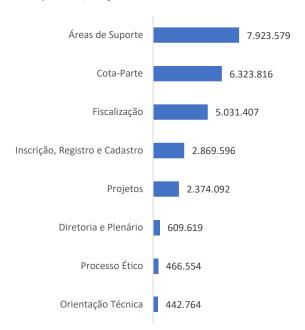
Em 2020, será dado continuidade ao plano de Reestruturação das Subseções que prevê a consolidação dos vetores de gestão, Norte, em Feira de Santana, e Sul, em Vitória da Conquista, cujas subseções já estão em processo de ampliação e reforma, cujos investimentos iniciados em 2019 somaram R\$ 226.462,55. O projeto prevê ainda a desativação, em 2020, das subseções de Alagoinhas, Jequié e Guanambi, que terão as atividades agregadas a outras unidades já existentes.

4.7 Gestão de Custos

O Coren-BA utiliza a metodologia da elaboração do orçamento por centro de custos desde o exercício de 2017, de modo a permitir uma melhor avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Na Proposta Orçamentária Anual são fixadas as despesas com as atividades e projetos da autarquia.

Os principais gastos do ano de 2019 estão detalhados seguir, com destaque para as áreas finalísticas.

Gastos por Área/Função em 2019



Fonte: Controladoria Geral (CG)

A distribuição dos gastos por finalidade está apresentada no gráfico a seguir, com as áreas de suporte ocupando 39,54% dos recursos, as finalísticas com 36,17% de participação e as transferências (Cota-Parte) 24,28%.

Distribuição dos Gastos por Finalidade



Fonte: Controladoria Geral (CG)

Houve leve alta de 0,64% nos gastos com as áreas finalísticas, e um relevante crescimento nos recursos aplicados nas áreas de suporte (57,45%), principalmente em razão dos investimentos realizados.

As definições de parâmetros para uma melhor alocação dos gastos por centro de custos, quando uma mesma contratação atende a diferentes áreas ou ações, ainda representa um grande desafio.

Em 2019 iniciou-se a revisão dos centros de custos da autarquia buscando uma melhor

adequação às ações e projetos do novo ciclo do Planejamento Estratégico. Com isso, foram criados novos centros de custos e rateados as principais despesas conforme previsão de gastos.

Em 2020, novas revisões estão previstas visando à excelência na qualidade do gasto e no retorno em benefícios para a sociedade.

5. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

5.1 Declaração do Contador

As Demonstrações Contábeis do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia são as seguintes:

- Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos da autarquia;
- Balanço Orçamentário traz a informação do orçamento aprovado em confronto com a sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa visam demonstrar o fluxo financeiro da autarquia no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- Demonstração das Variações Patrimoniais neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis são informações adicionais às Demonstrações Contábeis, com o objetivo de facilitar a compreensão destas.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a seguir: a Lei Federal n.º 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição.

Declaro, considerando os procedimentos contábeis adotados ao longo do exercício de 2019, que as informações constantes nas Demonstrações Contábeis, regidas pela a Lei Federal n.º 4.320/64, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público — NBC TSP e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8º edição, relativas ao exercício de 2019, refletem nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Regional de Enfermagem do Estado da Bahia.

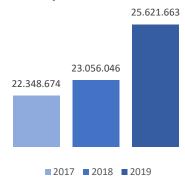


Luiz Alberto da Silva Araújo Gerente do Departamento Financeiro-Contábil CRC-BA 15.877/O-4

5.2 Desempenho Financeiro-Contábil

O Coren-BA realizou uma arrecadação total de R\$ 25.621.663,32 no ano de 2019. Esse valor representou um crescimento de 11,13% em relação a 2018, em valores nominais, R\$ 2.565.617,56, a mais que o ano anterior. O fato principal que resultou esse acréscimo foi o trabalho realizado na cobrança de débitos dos(as) profissionais. O volume arrecadado com anuidades e acréscimos legais de exercícios anteriores foi superior em R\$ 1.937.341,00 a 2018.

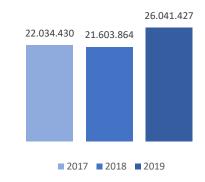
Evolução da Arrecadação



Fonte: Controladoria Geral (CG)

A execução da despesa em 2019, no valor de R\$ 26.041.427,27, foi superior em 20,54% ao exercício anterior. Os motivos para esse crescimento foram os investimentos realizados na atualização do parque tecnológico, a aquisição dos novos veículos para a fiscalização e a reforma da subseção de Feira de Santana.

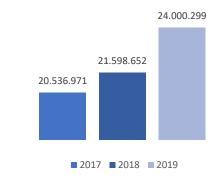
Despesas Orçamentárias



Fonte: Controladoria Geral (CG)

Além dos investimentos, impactaram no aumento do gasto com o custeio do regional, as despesas com pessoal, indenizações a conselheiros(as), repasse da cota parte do Cofen e a contratação de assessoria para elaboração do PCCS. Os gastos com a atividade do Coren-BA cresceram em 11,12% em relação a 2018.

Despesas com Custeio



Fonte: Controladoria Geral (CG)

Devido a essa evolução das receitas e despesas em 2019, o resultado orçamentário foi de déficit no valor de R\$ 419.763,95.

Evolução das Receitas e Despesas



Fonte: Controladoria Geral (CG)

No ano de 2018 o resultado foi um superávit de R\$ 1.452.181,43. Porém, excluindo os gastos com investimentos, o resultado primário do Coren-Ba em 2019 foi um superávit de R\$ 1.621.364,17, superior ao resultado do ano anterior que foi de R\$ 1.457.394,21.

O superávit financeiro ao final do exercício foi de R\$ 2.614.536,21. Esse valor poderá ser utilizado na abertura de créditos adicionais para a aplicação em investimentos no ano de 2020. Em 2018 esse saldo era de R\$ 3.033.490,44.

5.3 Balanço Patrimonial

ATIVO	2019	2018	PASSIVO	2019	2018
Ativo circulante	14.109.593,81	37.826.856,77	Passivo circulante	1.707.793,57	2.113.231,63
Caixa e equivalentes de caixa	5.110.230,10	4.100.642,72	Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo	0,00	1.000,00
Créditos a curto prazo	8.704.338,90	33.419.274,01	Empréstimos e financiamentos a curto prazo	0,00	0,00
Demais créditos e valores a curto prazo	217.905,89	234.393,63	Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	345.624,78	850.261,03
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	0,00	0,00	Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Estoques	77.118,92	72.546,41	Obrigações de repartição a outros entes	0,00	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00	Provisões a curto prazo	1.095.481,72	1.047.120,35
Ativo não-circulante	42.324.871,63	9.420.935,45	Demais obrigações a curto prazo	266.687,07	214.850,25
Ativo realizável a longo prazo	35.505.695,44	2.783.199,90	Passivo não-circulante	0,00	0,00
Créditos a longo prazo	35.445.947,24	2.739.948,06	Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a longo prazo	0,00	0,00
Créditos tributários a receber	45.265.276,29	0,00	Empréstimos e financiamentos a longo prazo	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	9.541.442,96	8.400.920,49	Fornecedores a longo prazo	0,00	0,00
(-) Ajustes de perdas de créditos a longo prazo	-19.360.772,01	-5.660.972,43	Obrigações fiscais a longo prazo	0,00	0,00
Demais créditos e valores a longo prazo	59.748,20	43.251,84	Obrigações de repartição a outros entes	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	Provisões a longo prazo	0,00	0,00
Imobilizado	6.762.916,19	6.637.735,55	Demais obrigações a longo prazo	0,00	0,00
Bens móveis	2.298.817,24	1.815.283,56	Resultado diferido	0,00	0,00
Bens imóveis	5.913.064,00	5.934.237,21	Total passivo	1.707.793,57	2.113.231,63
(-) Depreciação, exaustão e amortização acumuladas	-1.448.965,05	-1.111.785,22	Patrimônio líquido	2019	2018
Intangível	56.260,00	0,00	Ajuste de avaliação patrimonial	31.894,61	0,00
Softwares	131.627,50	73.627,50	Resultados acumulados	54.694.777,26	45.134.560,59
(-) Amortização acumulada	-75.367,50	-73.627,50	Total do patrimônio líquido	54.726.671,87	45.134.560,59
Total ativo	56.434.465,44	47.247.792,22	Total passivo	56.434.465,44	47.247.792,22
Ativo financeiro	5.110.230,10	4.100.642,72	Passivo financeiro	2.495.693,89	1.067.152,28
Ativo permanente	51.324.235,34	43.147.149,50	Passivo permanente	1.095.481,72	1.047.120,35
	SALD	O PATRIMONIAL		52.843.289,83	45.133.519,59
		Quadro do supe	erávit/déficit financeiro		
Exercício atual			Exercício anterior		
		2.614.536,21			3.033.490,44

5.4 Balanço Orçamentário

Receitas orçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas	Saldo
Receita corrente	25.453.000,00	25.453.000,00	25.621.663,32	168.663,32
Receitas de contribuições	19.973.958,37	19.973.958,37	19.564.022,33	-409.936,04
Receitas patrimoniais	216.000,00	216.000,00	323.837,52	107.837,52
Receitas de serviços	1.899.718,97	1.899.718,97	2.021.874,87	122.155,90
Outras receitas correntes	3.363.322,66	3.363.322,66	3.711.928,60	348.605,94
Receita de capital	0,00	2.522.446,62	0,00	-2.522.446,62
Outras receitas	0,00	2.522.446,62	0,00	-2.522.446,62
Superávit financeiro de exercícios anteriores	0,00	2.522.446,62	0,00	-2.522.446,62
Recursos arrecadados em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das receitas	25.453.000,00	27.975.446,62	25.621.663,32	-2.353.783,30
Déficit	0,00	0,00	419.763,95	419.763,95
Total	25.453.000,00	27.975.446,62	26.041.427,27	-1.934.019,35
Saldo de exercícios anteriores	0,00	1.061.816,33	0,00	1.061.816,33
Superávit financeiro de exercício anterior	0,00	1.061.816,33	0,00	1.061.816,33

Despesas orçamentárias	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Saldo dotação
Crédito disponível - despesas correntes	25.423.000,00	25.425.735,40	24.000.299,15	23.616.511,55	23.270.886,77	1.425.436,25
Pessoal e encargos sociais - aplicações diretas	12.652.882,41	12.695.489,48	12.237.220,44	12.237.220,44	12.020.174,67	458.269,04
Transferências da intragovernamentais	6.309.250,02	6.324.250,02	6.323.815,55	6.323.815,55	6.213.884,54	434,47
Outras despesas correntes - aplicações diretas	6.460.867,57	6.405.995,90	5.439.263,16	5.055.475,56	5.036.827,56	966.732,74
Crédito disponível - despesas de capital	30.000,00	2.549.711,22	2.041.128,12	541.533,68	541.533,68	508.583,10
Investimentos	30.000,00	2.549.711,22	2.041.128,12	541.533,68	541.533,68	508.583,10
Obras e instalações	0,00	263.293,62	226.462,55	0,00	0,00	36.831,07
Equipamentos e material permanente	30.000,00	2.286.417,60	1.814.665,57	541.533,68	541.533,68	471.752,03
Subtotal das despesas	25.453.000,00	27.975.446,62	26.041.427,27	24.158.045,23	23.812.420,45	1.934.019,35
Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	25.453.000,00	27.975.446,62	26.041.427,27	24.158.045,23	23.812.420,45	1.934.019,35

5.5 Balanço Financeiro

Ingressos	2019	2018
Receita orçamentária	25.621.663,32	23.056.045,76
Receita realizada	25.621.663,32	23.056.045,76
Receita corrente	25.621.663,32	23.056.045,76
Receitas de contribuições	19.564.022,33	18.272.133,60
Contribuição das categorias profissionais e econômicas	19.564.022,33	18.272.133,60
Receitas patrimoniais	323.837,52	260.108,13
Receitas de serviços	2.021.874,87	1.778.781,98
Outras receitas correntes	3.711.928,60	2.745.022,05
Multas e juros de mora	2.161.999,56	1.768.846,79
Indenizações e restituições	7.216,14	23.380,98
Receita da dívida ativa	1.525.605,78	922.528,09
Receitas diversas	17.107,12	30.266,19
Transferências financeiras recebidas	0,00	0,00
Recebimentos extraorçamentários	9.162.858,82	7.608.623,82
Inscrição de restos a pagar não processados	1.883.382,04	1.041,00
Inscrição de restos a pagar processados	345.624,78	850.261,03
Depósitos restituíveis e valores vinculados	2.052.925,53	1.873.018,28
Outros recebimentos extraorçamentários	4.880.926,47	4.884.303,51
Saldo em espécie do exercício anterior	4.100.642,72	1.981.122,00
Caixa e equivalente de caixa	4.100.642,72	1.951.420,64
Depósitos. Rest. VIrs vinculados	0,00	29.701,36
Total	38.885.164,86	32.645.791,58

Dispêndios	2019	2018
Despesa orçamentária	26.041.427,27	21.603.864,33
Credito empenhado a liquidar	1.883.382,04	1.041,00
Credito empenhado liquidado	345.624,78	850.261,03
Crédito empenhado liquidado - pago	23.812.420,45	20.752.562,30
Crédito empenhado liquidado - pago - despesas correntes	23.270.886,77	20.747.349,52
Pessoal e encargos sociais - aplicações diretas	12.020.174,67	10.967.577,55
Outras despesas correntes	11.250.712,10	9.779.771,97
Transferências da intragovernamentais	6.213.884,54	5.440.845,15
Outras despesas correntes - aplicações diretas	5.036.827,56	4.338.926,82
Crédito empenhado liquidado - pago - despesas de capital	541.533,68	5.212,78
Investimentos	541.533,68	5.212,78
Equipamentos e material permanente	541.533,68	5.212,78
Transferências financeiras concedidas	0,00	0,00
Pagamentos extraorçamentários	7.733.507,49	6.911.583,17
Pagamentos de restos a pagar não processados	1.041,00	149.983,87
Pagamentos de restos a pagar processados	847.273,17	144.529,03
Depósitos restituíveis e valores vinculados	2.003.372,05	1.730.175,45
Outros pagamentos extraorçamentários	4.881.821,27	4.886.894,82
Saldo em espécie para o exercício seguinte	5.110.230,10	4.130.344,08
Caixa e equivalente de caixa	5.110.230,10	4.100.642,72
Depósitos. Rest. Vlrs vinculados	0,00	29.701,36
Total	38.885.164,86	32.645.791,58

5.6 Demonstrativo da Variação Patrimonial

Variação patrimonial aumentativa	2019	2018
Variação patrimonial aumentativa	38.989.050,58	30.481.277,15
Contribuições	29.478.669,94	26.635.655,11
Contribuições de interesse das categorias profissionais	29.478.669,94	26.635.655,11
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	1.915.762,56	1.629.051,88
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	2.510.491,81	2.155.699,51
Juros e encargos de empréstimos concedidos	106.045,57	126.729,23
Juros e encargos de mora	2.140.466,53	1.768.846,79
Descontos financeiros obtidos	0,00	15,36
Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras	263.979,71	260.108,13
Outras variações patrimoniais aumentativas	5.084.126,27	60.870,65
Reversão de provisões e ajuste de perdas	5.056.805,15	0,00
Diversas variações patrimoniais aumentativas	27.321,12	60.870,65
Indenizações	24.333,26	59.985,13
Variações patrimoniais aumentativas decorrentes de fatos geradores diversos	2.987,86	885,52
Total das variações ativas	38.989.050,58	30.481.277,15
RESULTADO PATRIMONIAL	2019	2018
Déficit do Exercício	0,00	0,00
Total	38.989.050,58	30.481.277,15

Mania a Sana and a distribution	2010	2010
Variação patrimonial diminutiva	2019	2018
Variação patrimonial diminutiva	29.428.631,10	25.880.432,50
Pessoal e encargos	12.285.467,99	11.541.573,02
Remuneração de pessoal	8.111.607,60	7.703.853,94
Encargos patronais	2.350.176,02	2.292.497,59
Benefícios a pessoal	1.555.213,07	1.207.914,16
Indenizações e restituições trabalhistas	268.471,30	337.307,33
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	4.463.059,63	4.345.306,73
Uso de material de consumo	188.552,09	166.884,24
Serviços	3.882.519,89	3.797.431,95
Depreciação, amortização e exaustão	391.987,65	380.990,54
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	18.837,38	5.647,57
Transferências intragovernamentais	6.323.815,55	5.697.997,71
Desvalorização e perda de ativos	5.373.016,68	3.624.748,92
Outras variações patrimoniais diminutivas	964.433,87	665.158,55
Total das variações passivas	29.428.631,10	25.880.432,50
RESULTADO PATRIMONIAL	2019	2018
Superávit do Exercício	9.560.419,48	4.600.844,65
Total	38.989.050,58	30.481.277,15

5.7 Demonstrativo de Fluxo de Caixa

Fluxo de caixa das atividades das operações	2019	2018
Ingressos		
Receita corrente	25.621.663,32	23.056.045,76
Receitas de contribuições	19.564.022,33	18.272.133,60
Contribuição das categorias profissionais e econômicas	19.564.022,33	18.272.133,60
Receitas patrimoniais	323.837,52	260.108,13
Receitas de serviços	2.021.874,87	1.778.781,98
Outras receitas correntes	3.711.928,60	2.745.022,05
Multas e juros de mora	2.161.999,56	1.768.846,79
Indenizações e restituições	7.216,14	23.380,98
Receita da dívida ativa	1.525.605,78	922.528,09
Receitas diversas	17.107,12	30.266,19
Outros ingressos	7.116.060,30	6.761.439,99
Desembolsos		
Crédito empenhado liquidado - pago - despesas correntes	23.270.886,77	20.747.349,52
Pessoal e encargos sociais - aplicações diretas	12.020.174,67	10.967.577,55
Outras despesas correntes	11.250.712,10	9.779.771,97
Transferências da intragovernamentais	6.213.884,54	5.440.845,15
Outras despesas correntes - aplicações diretas	5.036.827,56	4.338.926,82
Crédito empenhado liquidado - pago - despesas de capital	541.533,68	5.212,78
Investimentos	541.533,68	5.212,78
Outros desembolsos	7.915.715,79	6.915.701,37
Fluxo de caixa líquido das atividades das operações	1.551.121,06	2.154.434,86

Fluxo de caixa das atividades de investimento	2019	2018
Ingressos		
Desembolsos		
Equipamentos e material permanente	541.533,68	5.212,78
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	-541.533,68	-5.212,78
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos		
Desembolsos		
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	0,00	0,00
Apuração do fluxo de caixa do período		
Geração liquida de caixa e equivalentes de caixa	1.009.587,38	2.149.222,08
Caixa e equivalentes de caixa inicial	4.100.642,72	1.951.420,64
Caixa e equivalentes de caixa final	5.110.230,10	4.100.642,72

5.8 Nota Explicativa

Principais Diretrizes Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16).

Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), e Notas Explicativas (NE).

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia, representando, portanto, uma posição estática.

As disponibilidades, apresentada em caixa e equivalente de caixa correspondem aos recursos com livre movimentação para aplicação nas operações e para os quais não haja restrições para uso imediato. São os saldos bancários, conta de movimentação, arrecadação e aplicações financeiras.

O saldo de R\$ 5.110.230,10 está representado da seguinte forma:

Banco contas de Arrecadação	40.582,41
Aplicações Financeiras	5.069.647,69

Créditos a Curto Prazo

As receitas foram reconhecidas pelo regime de competência. Os créditos a curto prazo correspondem a créditos tributários e de contribuições a receber de anuidades pessoas físicas e jurídicas, cartão de crédito e dívida ativa de anuidades pessoas físicas e estão representados da seguinte forma:

Créditos a receber de anuidades pessoas físicas	5.808.560,84
Créditos a receber de anuidades pessoas jurídicas	2.976,00
Créditos a receber de cartão	530.098,20
Dívida Ativa de anuidades pessoas físicas	2.362.703,86

Os créditos a receber a curto prazo, de anuidades e dívida ativa, foram mensurados com base na expectativa de recebimentos previsto no orçamento para 2020.

A Instituição inscreveu em Dívida Ativa em 2019, anuidades pessoas físicas, em valor principal, R\$ 4.079.655,21, corrigido R\$ 5,881.960,45, tendo recebido R\$ 642.806,08.

Demais Créditos a Curto Prazo

Demais créditos a curto prazo estão compostos por adiantamentos concedidos a pessoal, créditos por dano ao patrimônio e outros créditos a receber, e estão representados da seguinte forma:

Adiantamentos concedidos a pessoal	179.273,79
Créditos por dano ao patrimônio	4.657,59
Outros créditos a receber	33.974,51

Estoque

O estoque está demonstrado ao custo de aquisição e corresponde a materiais de consumo da Instituição, sendo as saídas do almoxarifado mensuradas e avaliadas pelo custo médio ponderado.

Créditos a Longo Prazo

Os créditos a longo prazo correspondem a créditos tributários e de contribuições a receber de anuidades pessoas físicas e jurídicas e dívida ativa de anuidades pessoas físicas, deduzido dos ajustes de perdas de créditos e estão representados da seguinte forma:

Créditos a receber de anuidades pessoas físicas	44.276.247,67
Créditos a receber de anuidades pessoas jurídicas	989.028,62
Créditos a receber de dívida ativa	9.541.442,96
(-) Ajuste de perdas de créditos de anuidades pessoas físicas	11.179.036,21
(-) Ajuste de perdas de créditos de anuidades pessoas jurídicas	766.713,77
(-) Ajuste de perdas de créditos de dívida ativa	7.415.022,03

O Regional utilizou como o critério de cálculo da provisão para créditos de liquidações duvidosas, das anuidades pessoas físicas e jurídicas, a média percentual dos recebimentos ao longo dos exercícios de 2012 a 2018, em relação as anuidades do mesmo período, do qual se inferiu o percentual de inadimplência, aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber.

Em 2019 houve uma redução do percentual de inadimplência aplicado, em relação a 2018, que ensejou em reversões de provisões para créditos de liquidações duvidosas de anuidades pessoas físicas, no valor de R\$ 3.533.516,67 e pessoas jurídicas, no valor de R\$ 13.900,08.

Anuidades Pessoas físicas de 2012 a 2018	141.890.947,11
Arrecadado de 2012 a 2018	106.065.778,65
% de recebimento	75%
% de inadimplência	25%
Valores a receber até 2018	36.039.357,10

PCLD s/ valores até 2018		9.099.354,60
Valore a receber até 2019		8.236.890,57
PCLD s/ valores de 2019		2.079.681,61
Total PCLD		11.179.036,21
PCLD	31.12.19	31.12.18
Até 2017		9.026.754,77
Em 2018		3.606.116,50
Até 2018		12.632.871,27
Até 2018	9.099.354,60	
Em 2019	2.079.681,61	
Anuidades Pessoas jurídicas de 2012 a 2018	939.569,29	
Arrecadado de 2012 a 2018	211.197,33	
% de recebimento		22%
% de inadimplência		78%
Valores a receber até 2018		950.462,65
PCLD s/ valores até 2018		736.816,70
Valore a receber até 2019		38.565,97
PCLD s/ valores de 2019		29.897,07
Total PCLD		766.713,77
PCLD	31.12.19	31.12.18
Até 2017	32	732.084,36
Em 2018		18.632,42
Até 2018		750.716,78
Até 2018	736.816,70	
Em 2019	29.897,07	
	,	

O Regional utilizou como o critério de cálculo da provisão para créditos de liquidações duvidosas, da dívida ativa, a média percentual dos recebimentos ao longo dos exercícios de 2001 a 2018, em relação as inscrições do mesmo período, do qual se inferiu o percentual de inadimplência, aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber.

Em 2019 houve uma redução do percentual de inadimplência aplicado, em relação a 2018, que ensejou em reversões de provisões para créditos de liquidações duvidosas de dívida ativa, no valor de R\$ 1.509.388,40.

Dívida Ativa inscrita até 2018	10.700.042,21	
Recebimento até 2018		4.035.049,76
% de recebimento		38%
% de inadimplência		62%
Valores a receber até 2018	6.664.992,45	
PCLD s/ valores até 2018	4.151.584,03	
Valore a receber até 2019	5.239.154,37	
PCLD s/ valores de 2019	3.263.438,00	
Total PCLD		7.415.022,03
PCLD	31.12.19	31.12.18
Até 2017		5.344.348,13
Em 2018		316.624,30
Até 2018		5.660.972,43
Até 2018	4.151.584,03	
Em 2019	3.263.438,00	

Demais créditos a longo prazo

Corresponde a tributos a recuperar/compensar, créditos por dano ao patrimônio proveniente de créditos administrativos, depósitos judiciais trabalhistas e outros depósitos judiciais (Ações Cíveis), e estão representados da seguinte forma:

Tributos a recuperar/compensar	7.896,93
Créditos por dano ao patrimônio	12.837,91
Depósitos judiciais trabalhistas	29.701,36
Outros depósitos judiciais (Ações Cíveis)	9.312,00

Imobilizado

Os bens móveis estão mensurados ao custo de aquisição. Na estimativa de vida útil econômica dos bens, foram considerados a capacidade de geração de benefícios futuros, os desgastes físicos dos bens e a obsolescência tecnológica.

Os bens móveis estão compostos da seguinte forma:

Aparelhos de cine, foto e som	43.522,60
Biblioteca	4.005,55

Equipamentos de informática	963.116,75
Máquinas, motores e aparelhos	166.381,45
Móveis e utensílios	681.850,21
Veículos	340.090,00
Bens inservíveis	99.850,68
(-) Depreciação bens móveis	990.125,05

Houve um acréscimo no patrimônio, no valor de R\$ 483.533,68, sendo R\$ 482.773,08 investimentos em equipamentos de informática e R\$ 760,60 em aparelhos de cine, foto e som.

Compõem os bens imóveis do Coren-Ba, casa sito à Rua General Labatut, n.º 05, no valor de R\$ 759.714,34, prédio sito à Rua General Labatut, n.º 273, no valor de R\$ 4.753.349,66 e casa sito à Rua Junqueira Ayres, n.º 31 R\$ 400.000,00.

A Instituição contratou empresa especializada para realização de avaliação da casa localizada na Rua Junqueira Ayres, 31, Barris, Salvador- Ba, com o objetivo de alienação, em função do desuso. O bem foi avaliado em R\$ 400.000,00. O valor líquido contábil, valor do bem deduzido a depreciação, era de R\$ 368.105,39, havendo uma valorização do ativo pela realização da avaliação em R\$ 31.894,6, registrado na conta reavaliação de bens imóveis, no patrimônio líquido, até que seja realizado pela efetiva venda.

A Instituição adquiriu licença de uso de Software, no valor de R\$ 58.000,00.

O Intangível está mensurado pelo custo de aquisição, correspondem licenças de uso de sistemas e softwares.

A Instituição efetuou os cálculos das depreciações e amortização utilizando o método das quotas constantes, aplicando as seguintes taxas:

Móveis e Utensílios	10%
Equipamentos de Informática	20%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10%
Veículos	20%
Casa e Edifícios	4%
Software e Licenças	20%

Obrigações

As obrigações são mensuradas pelo valor original, e as provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de reconhecimentos.

Fornecedores e contas a pagar curto prazo representa os Restos a Pagar Processados, que registram as despesas empenhadas e liquidadas a serem pagas no exercício seguinte. Sua escrituração obedeceu às normas da Lei 4.320/65.

Compõe os restos a pagar as obrigações a curto prazo com encargos sociais, fornecedores, obrigações fiscais, obrigação com o Conselho Federal de Enfermagem, relativa à cota-parte e outras obrigações.

Encargos Sociais	205.388,23
Fornecedores	5.886,65
Obrigações Fiscais	12.664,71
Conselho Federal de Enfermagem	109.931,01
Outras Contas a Pagar	11.754,18

As Provisões constituem obrigações existentes da entidade proveniente de eventos passados, e que se espera que resulte em uma saída de fluxo de recursos relacionados a benefícios econômicos ou potenciais de serviços com a característica de terem algum grau de incerteza, quanto a valor e data de pagamento. As provisões a curto prazo representam as obrigações com férias, 13º salário e respectivos encargos (INSS, FGTS e PIS). Compõe o saldo das provisões, as sobre férias e encargos e encargos (FGTS e PIS) sobre o 13º salário.

As demais obrigações a curto prazo correspondem às consignações em folha de pagamento e tributos retidos.

Consignações em Folha	24.119,80
Consignações de tributos retidos	242.567,27

A Instituição apresentou um superávit de R\$ 9.560.419,48 e o patrimônio líquido apresenta um saldo de R\$ 54.726.671,87, composto da seguinte forma:

Reavaliação de bens imóveis	31.894,61
Superávit do exercício	9.560.419,48
Superávit de exercícios anteriores	45.134.560,59
Ajustes de exercícios anteriores	-202,81

Reavaliação de bens imóveis registra a valorização do ativo pela reavaliação do imóvel sito à Rua Junqueira Ayres, n.º 31, Barris, Salvador-Ba.

Ajustes de exercícios anteriores registra ajuste de saldo da conta Banco do Brasil, consignação em folha, a débito, R\$ 2.283,34, ajuste de saldo de créditos de anuidades pessoas jurídicas exercícios anteriores, a débito, R\$ 318,65, ajustes referente a devoluções de materiais para o almoxarifado, a crédito R\$ 1.277,71 e ajuste de inventário do almoxarifado, a crédito, R\$ 1.121,47.

A Instituição apresentou um superávit financeiro, diferença entre o ativo financeiro, representado pelas disponibilidades em bancos e o passivo financeiro, representado pelas obrigações, apurado no balanço patrimonial, de R\$ 2.614.536,21.

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

No início do exercício de 2019 o saldo inicial apurado no Balanço Financeiro era de R\$ 4.100.642,72, após o encerramento do exercício o saldo que passa para o exercício seguinte é de R\$ 5.110.230,10, representando um resultado financeiro superavitário de R\$ 1.009.587,38.

Receita Orçamentária	25.621.663,32
Recebimentos Extra Orçamentários	6.933.852,00
Despesa Orçamentária	23.812.420,45

Pagamentos Extra Orçamentários	7.733.507,49
Resultado Financeiro	1.009.587,38

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

No exercício de 2019 foi prevista uma receita corrente de R\$ 25.453.000,00, foi feita reformulação orçamentária mediante abertura de crédito adicional, tendo como fonte de recurso o superávit financeiro de exercícios anteriores, no valor de R\$ 2.522.446,62, para realização de investimentos na Instituição, perfazendo uma previsão atualizada de R\$ 27.975.442,62.

A receita corrente realizada foi de R\$ 25.621.663,32, apresentando um excesso de arrecadação no valor de R\$ 168.663,32.

As despesas correntes foram de R\$ 24.000.299,16, resultando num superávit orçamentário corrente de R\$ 1.621.364,17.

A Instituição apresentou um déficit orçamentário no valor de R\$ 419.763,95, justificado pelas despesas de capital empenhadas, investimentos, tendo como fonte de recurso o superávit financeiro de exercícios anteriores.

